

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MATEUS SCHNEIDER BORGES

**A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA IRANIANA NA ARÁBIA SAUDITA E NO
BAHREIN: IDENTIDADES E SEGURANÇA**

**Porto Alegre
2019**

MATEUS SCHNEIDER BORGES

**A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA IRANIANA NA ARÁBIA SAUDITA E NO
BAHREIN: IDENTIDADES E SEGURANÇA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Regina Feraboli

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Borges, Mateus Schneider

A construção da ameaça iraniana na Arábia Saudita e no Bahrein: identidades e segurança / Mateus Schneider Borges. -- 2019.

81 f.

Orientadora: Silvia Regina Ferabolli.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Política Internacional do Golfo Pérsico. 2.
Arábia Saudita. 3. Bahrein. 4. Irã. 5.
Pós-estruturalismo. I. Ferabolli, Silvia Regina,
orient. II. Título.

MATEUS SCHNEIDER BORGES

**A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA IRANIANA NA ARÁBIA SAUDITA E NO
BAHREIN: IDENTIDADES E SEGURANÇA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 12 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Silvia Regina Ferabolli – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Profª. Dra. Tatiana Vargas Maia
UNILASALLE

Aos meus pais, por tudo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho deve a sua realização a todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, apoiaram minha trajetória acadêmica durante os últimos anos. Como meio de agradecimento, humilde e incapaz de abranger a importância do suporte prestado para minha formação em sua totalidade, mas sincero, expresso minhas considerações por aqui.

Primeiramente, devo agradecer aos meus pais e à minha família pelo constante suporte e compreensão durante meus estudos, os quais não teriam sido possíveis sem seu imensurável apoio.

Agradeço, especialmente, a Silvia Feraboli pela inestimável orientação, sempre cuidadosa e dedicada, pelos seus conselhos, aprendizados e encorajamentos e pelas demais oportunidades que me proporcionou no âmbito acadêmico. Nutro grande admiração pelo seu trabalho, sendo uma profunda inspiração desde o nosso primeiro contato. Muito obrigado.

Agradeço ao professor Marco Cepik por ter me iniciado na pesquisa e ser um exemplo de profissional e acadêmico, o qual marcou minha passagem pela graduação pela sua organização, sua dedicação e seus ensinamentos. Similarmente, manifesto minha gratidão aos inúmeros professores e professoras que me lecionaram durante os últimos anos, pois seus ensinamentos são parte do que eu sou hoje.

Agradeço ao Estado e à população brasileiros por me providenciarem uma formação em uma universidade pública de qualidade e renome como a UFRGS. Em tempos de ataques à educação pública, espero fazer jus aos seus investimentos e reafirmar a importância de um ensino superior gratuito e com acesso democrático e universal. Em particular, destaco a importância do trabalho realizado pelos servidores terceirizados e dos funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas, que desempenham funções essenciais para o desempenho pleno das atividades universitárias e aos quais devo parte da minha graduação.

Agradeço aos inúmeros amigos e colegas que me acompanharam nessa trajetória, entre os quais cabe certo destaque a alguns: Iasmini Nardi, Bruno Gastal, Ricardo Pechansky, Matheus Bianco.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos e todas que se envolveram, de modo direto ou indireto, na elaboração deste trabalho, seja via sugestões, elucidações e críticas, seja por meio de inspirações e motivações.

“Words wreak havoc when they happen to name something that is experienced but has not yet been named [...].” (SARTRE, 1987, p. 127)

“Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a ‘outredade’ do ‘não-eu’, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade do meu *eu*.” (FREIRE, 2011, p. 28-9)

RESUMO

O presente trabalho analisa em quais contextos o regime iraniano estabelece relações de ameaça e insegurança com a Arábia Saudita e o Bahrein. Ambos os regimes árabes apresentam um histórico de relações contenciosas com o iraniano, marcado por desconfianças mútuas. Entretanto, contrariamente ao exposto por setores da mídia internacional, o seu tensionamento se dá em contextos específicos em que as dinastias dos dois reinos assumem uma visão negativa e marginalizada do regime iraniano e exacerbam suas diferenças, não devido a um essencialista “embate secular” entre xiitas e sunitas ou persas e árabes. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista e da análise de discursos e narrativas mobilizados pelas monarquias saudita e bahreinita, essa pesquisa argumenta que a construção do sujeito iraniano como uma ameaça ocorre por meio de fatores de diferentes ordens. No caso saudita, a família real al-Saud constrói o Irã a partir de uma insegurança de caráter ontológico e ideacional, a qual ameaça a sua manutenção e existência, o que que incorre em consequências nefastas para setores marginalizados e dissidentes nacionais. Para os al-Khalifa, os monarcas bahreinis, discursos de ameaça perante o Irã são constituídos a partir de pressões securitárias materiais, baseadas nas profundas relações étnicas, sociais, políticas e religiosas entre as duas sociedades e o constante espectro de uma reanexação da pequena ilha do Bahrein aos territórios iranianos, significando a desestruturação de seu Estado.

Palavras-chave: Arábia Saudita. Bahrein. Irã. Construção de ameaças. Identidades coletivas. Segurança.

ABSTRACT

This paper analyzes in which contexts the Iranian regime establishes threat and insecurity relations with Saudi Arabia and Bahrain. Both Arab regimes have a background of contentious relations with the Iranian one, stained by mutual mistrusts. However, as opposed to what is exposed by international press' agencies, its hardening occurs in specific contexts where the dynasties of the two Kingdoms promote a negative and marginalized image of the Iranian regime and exacerbate their differences, not due to a "century-old" conflict between Shias and Sunnis or Persians and Arabs. Through a post-structuralist perspective and by analyzing discourses and narratives mobilized by the Saudi and Bahraini monarchies, this research posits that the threat construction of the Iranian subject happens through elements of different facets. In the Saudi case, the al-Saud royal family frames Iran from an ontological and ideational insecurity, which threatens its maintenance and existence, incurring in nefarious consequences for national marginalized and dissident groups. For the al-Khalifa, Bahrain's monarchs, threat discourses about Iran are constituted from material security pressures based on the deep ethnic, social, political and religious relations between the two societies and the constant phantom that the fear of Iranian reannexation creates, meaning the disbandment of the Bahraini state.

Keywords: Saudi Arabia. Bahrain. Iran. Threat construction. Collective identities. Security.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PERCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS NO ORIENTE MÉDIO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1	A EXPANSÃO DA AGENDA DE PESQUISA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	15
2.2	IDENTIFICANDO AMEAÇAS NO ORIENTE MÉDIO.....	18
2.3	IDENTIDADES E DISCURSOS NA CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS.....	28
2.4	O CONCEITO DE SEGURANÇA ONTOLÓGICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	31
3	A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SAUDITA E DA AMEAÇA IRANIANA: EM BUSCA DE ESTABILIDADE E DISTINÇÃO.....	34
3.1	O QUE SIGNIFICA SER “SAUDITA”? ORIGENS E FUNDAMENTOS DA IDENTIDADE AL-SAUD	35
3.2	A SIGNIFICAÇÃO SECURITÁRIA DA REPÚBLICA ISLÂMICA NO CONTEXTO SAUDITA.....	43
4	UM REGIME COM UM TEMOR EXISTENCIAL: O SECTARISMO IDENTITÁRIO BAHREINI E AS REIVINDICAÇÕES IRANIANAS.....	51
4.1	A CRIAÇÃO DO REINO DO BAHREIN E A IDENTIDADE DO REGIME AL- KHALIFA.....	53
4.2	A AMEAÇA IRANIANA NO CONTEXTO BAHREINI PARA ALÉM DO SECTARISMO	60
5	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

A segurança de um regime governamental não deriva somente de questões materiais, como a preservação de seu território, população e/ou instituições, mas depende também de considerações relativas a fatores imateriais, de natureza ideacional, ontológica e existencial. A proeminência de um tipo desses elementos varia de acordo com o contexto em que o ator ou sujeito se encontra, respondendo a ambos, mas via meios diferenciados. O presente trabalho versa sobre como os regimes do Reino da Arábia Saudita e do Reino do Bahrein construíram o iraniano como uma ameaça a suas existências a partir de inseguranças de caracteres distintos criadas em contextos variados, sendo a do primeiro proveniente de tensões ontológicas e identitárias e a do segundo, materiais e existenciais. Essa diversidade de elementos é analisada e explicada conceitual e empiricamente no decorrer da pesquisa, apontando-se a forma pela qual suas diferenças são constituídas, manifestadas e afirmadas.

Falar sobre o Irã contemporaneamente envolve discutir temáticas relacionadas a insegurança e conflitos internacionais. A imagem do país, propagada pela mídia internacional e fortalecida por certos regimes governantes, como os Estados Unidos, é majoritariamente negativa, uma vez que se utilizam de termos que assumem, quase que de forma automática, uma falaciosa maldade inerente ao Estado iraniano, à sua população e, em certos casos, às próprias civilização e etnia persas. Questões como o programa nuclear iraniano, o seu apoio direto ou indireto a grupos tidos como terroristas, como o Hezbollah, por certos Estados, tais quais o Reino Unido e Israel, e o seu isolamento econômico-financeiro com o restante do mundo criaram uma série de contenciosos e tensões que emergem ao se discutir e analisar fenômenos e relações que incluem o país persa. Entretanto, como tudo nas relações internacionais ocorre em um sistema complexo, variado, cambiante e permeável, muitas vezes é preciso investigar as nuances de determinado evento, processo ou contexto para o melhor compreender e não incorrer em determinismos e essencialismos de qualquer grau.

A República Islâmica do Irã se refere a um Estado de grandes proporções territoriais e populacionais localizado no Golfo Pérsico, em uma posição geoestratégica devido às grandes quantidades de petróleo e gás natural presentes na região. O Irã, além de ser detentor de uma das maiores reservas petrolíferas, margeia uma das passagens marítimas mais importantes internacionalmente, o Estreito de Ormuz, por onde transita próximo de um quinto de todo o petróleo do mundo (LAUB; MERROW, 2019). Historicamente, suas relações com os países árabes que o avizinham, em especial a Arábia Saudita, o Iraque e o Bahrein, são marcadas por altos e baixos, correspondendo a mudanças nos contextos domésticos e internacionais em que

se situam, o que é similar a sua posição diante de atores extrarregionais, como a Rússia e os Estados Unidos.

A Revolução Islâmica de 1979 representou um ponto de ruptura nesses relacionamentos ao instaurar um regime estrutural e ideologicamente distinto do anterior, caracterizando-se como uma república teocrática fundamentada em valores islâmicos, revolucionários e anti-imperialistas. Houve a troca de uma monarquia alinhada aos Estados Unidos, que nutria uma admiração pelo “Ocidente”, por uma forma de governo republicana controlada por uma classe religiosa xiita que vê as culturas ocidentais, hoje em menor intensidade, como opostas ao desenvolvimento autônomo e independente de seu país, considerando-as uma “doença” a ser erradicada (AHMAD, 1984). O patrono da revolução, o aiatolá Ruhollah Khomeini (2010, p. 47, tradução nossa), advogava o fim dos sistemas monárquicos devido a suas credências “não-islâmicas”, as quais, em sua visão, corrompem seus governantes, consistindo em uma retórica que atacava diretamente dinastias reais de monarquias próximas, como os al-Saud da Arábia Saudita e os al-Khalifa do Bahrein. Aliado a esse discurso, um forte clamor revolucionário emanava do país e era mobilizado pelo recém-instalado regime islâmico, instigando as populações muçulmanas a se revoltarem contra seus governos e, assim, promoverem a expansão da revolução para além do âmbito iraniano.

A formação de estruturas estatais modernas no Oriente Médio foi marcada por particularidades provenientes da ingerência externa, herdada do colonialismo, e de constrangimentos de ordem subnacional, como de tribos, e transnacional, derivadas de movimentos nacionalistas árabes e pan-islâmicos, nos países e sociedades da região (ANDERSON, 1987). Essas especificidades propiciaram a criação de Estados fragilizados em dissonância com a maioria de suas populações e os territórios artificialmente delimitados pelo colonialismo britânico, francês e italiano. Nesse contexto, o Reino da Arábia Saudita, apesar de nunca ter seus domínios atuais controlados por europeus, foi construído a partir dos avanços de uma família árabe do interior da Península Arábica, os al-Saud, em direção ao litoral leste e oeste, a qual mobilizou uma narrativa islâmica para legitimar a autoridade de seu regime sobre as populações locais. Ao alojar duas das cidades mais sagradas do Islã, Meca e Medina, locais onde o Profeta Maomé, o fundador da religião, respectivamente, nasceu e morreu, a dinastia al-Saud assumiu para si o papel de protetora do mundo muçulmano (CERIOLI, 2018). Contudo, tanto por promover uma versão restrita islâmica, o sunismo wahhabita, sobre outras vertentes existentes em seu cenário sociopolítico quanto por apresentar dificuldade em articular outras fontes de legitimidade senão a religiosa, o regime saudita apresenta uma fragilidade latente que corresponde a sua resistência em abranger a diversidade existente em seu âmbito doméstico. A transformação de sua diversa composição religiosa, social e étnica em uma efetiva identidade

nacional é vista como uma ameaça que questiona suas bases de legitimidade, dada a supracitada limitação destas, o que criou uma visão adotada pela monarquia de que a sua maior insegurança provém de forças dissidentes internas.

O Reino do Bahrein, um pequeno arquipélago localizado nas margens do Golfo Pérsico, é também controlado por uma dinastia arábica, os al-Khalifa, que compartilham dessa insegurança doméstica, mas a partir de um contexto marcadamente diferenciado. De modo contrário ao experimentado durante a construção estatal da Arábia Saudita, o Bahrein apresenta uma longa história como localidade portuária de constantes trocas, intercâmbios e sincretismos religiosos, étnicos e culturais entre países e povos do sul asiático, árabes, persas e europeus, muito devido a sua posição estratégica comercial proeminente. Sendo as ilhas, em diferentes momentos, dominadas por forças regionais e extrarregionais, como persas, portugueses e britânicos, criou-se uma dependência de uma proteção externa para a sobrevivência do país. Essa relação é mais vívida ao verificar o colonialismo britânico atuante nas ilhas nos séculos XIX e XX e o alojamento da 5ª Frota Marítima dos Estados Unidos em seu território atualmente, de onde Washington exerce suas operações no Golfo Pérsico. A família real, similarmente aos al-Saud, promove uma identidade nacional restrita às suas características próprias como seguidores do sunismo e árabes; entretanto, há uma dissonância ainda maior neste caso com a formação demográfica do país, segundo a qual a maioria populacional adota o xiismo como vertente religiosa e existem significativos setores com descendência persa. Dessa forma, ao compor a minoria, o espectro de uma desestruturação de seu regime ronda a dinastia al-Khalifa tanto a partir de dissidências internas de setores marginalizados quanto de ensejos externos de atores regionais e extrarregionais.

As relações da Arábia Saudita e do Bahrein com o Irã são, muitas vezes, analisadas a partir de essencialismos que afirmam um caráter negativo de suas diferenças (ADIB-MOGHADDAM, 2007). Seja por meio da adoção de narrativas étnicas que opõem árabes e persas como civilizações eminentemente inimigas, conforme Adib-Moghaddam aponta (2006, 2007), seja por meio de discursos sectários que remontam à cisão islâmica entre xiitas e sunitas do século XII, a distinção entre tais atores é tida como a criadora de suas inimizades. O sunismo é a vertente majoritária do islã, caracteristicamente proeminente em países como o Egito e a Arábia Saudita, enquanto o xiismo tem como seu expoente principal o Irã ao representar mais de 90% de sua população e é significativo no Iraque, Bahrein e Líbano (USCIRF, 2019).

Atualmente muito mistificada e manipulada a fim de justificar a suposta existência de um limite intransponível entre sunismo e xiismo e, assim, defender políticas sectárias, a cisão interna islâmica diz respeito à crise gerada na própria comunidade islâmica (*umma*) sobre a sucessão do, então já falecido, profeta Maomé (COMMINS, 2012). Em suma, havia quem

defendesse que o novo califa deveria ser eleito por uma assembleia a partir da apreciação de suas qualidades, denominados sunitas posteriormente, e quem acreditasse que a linhagem sagrada do profeta devia ser respeitada e, dessa forma, seu primo e genro Ali ibn Abi Talib deveria ser escolhido como sucessor. Este grupo, ao qual se deu o nome de xiitas, não reconhece os quatro primeiros califas, que haviam sido eleitos, como legítimos, somente assumindo a linha sucessória a partir da governança de Ali, o quinto califa e o primeiro imã. Enquanto sunitas denominam o líder da comunidade islâmica como califa, xiitas utilizam o termo imã, o qual compreende os governantes a partir de Ali (COLE, 2002).

Muito se discute nas Relações Internacionais sobre como a similaridade movimenta agentes, fenômenos e comportamentos internacionais. O realismo estrutural waltziano advoga que Estados com similares níveis de poder dificilmente concorrem entre si por estabelecerem uma balança de poder, compreendendo guerras como resultados de distribuições de poder variadas (WALTZ, 1979). A teoria da paz democrática defende a premissa que democracias são menos favoráveis a empreenderem guerras umas com as outras, visto que são sistemas de governo com características e condições similares ou iguais (RUMMEL, 1979). Já o construtivismo de Wendt (1999) propõe que regimes com identidades similares motivam uma identificação positiva entre pares e geram um maior índice de cooperação. Contudo, a base dessas relações, atores e organismos também é gerada na assunção e construção da diferença, que movimenta um processo de formação de seus agentes, o que implica que o caráter positivo ou negativo de similaridades e diferenças é constituído contextualmente.

Indivíduos e organismos coletivos, incluindo aqui Estados, estabelecem relações entre si e seus membros a partir da constituição de um *eu* e de um ou vários *outros* (HANSEN, 2006). Em um grupo, enquanto o eu se baseia na identificação de características compartilhadas entre seus integrantes e partes constituintes, o outro é formado com a diferenciação destas perante entes externos (RUMELILI, 2007). Esses movimentos duais e sistemáticos entre similaridade e diferença são intrinsecamente contingentes, dinâmicos e mutáveis e criam a identidade adotada e mobilizada pelo agente em questão, a qual o permite agir em um contexto social. Ao lidar com Estados, a construção identitária empreendida pelo regime governante determina o escopo das relações que o mesmo vai realizar internacionalmente e, dessa forma, sua política externa (SHAPIRO, 1988). Segundo Rumelili (2007, p. 20-1, tradução nossa),

A consciência de que identidades, nas relações internacionais, são constituídas em relação à diferença não é só conceitualmente correta, mas também essencial para reconhecer o potencial de aflição e conflito em relações. O potencial de transformar relações de diferença em relações de ameaça está sempre presente. Entretanto, reconhecer o potencial não é e não deve ser equivalente a postular uma necessidade. Alguém deve, ao invés disso, analisar as condições sociais sob as quais esse potencial é realizado.

Nessa lógica, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender as condições e os contextos que transformaram a natural divisão entre eu/outro, ou seja, as construções de suas identidades, empreendida pelas dinastias governantes da Arábia Saudita e do Bahrein diante do regime iraniano em relações de ameaça e segurança. Coloca-se, portanto, como pergunta de pesquisa: *como os regimes governantes da Arábia Saudita e do Bahrein construíram relações de ameaça com o regime iraniano?*

A fim de responder tal problema, adota-se uma perspectiva pós-estruturalista, tendo como premissa a correlação e co-constituição entre identidade, segurança e política externa a partir da articulação de discursos e narrativas por sujeitos internacionais (SHAPIRO, 1988). Por sua vez, também se assume como pressuposto a construção social da realidade pelos atores que a integram, assim como o constrangimento destes pela mesma (EPSTEIN, 2008). A partir da aplicação realizada por Darwich (2014), emprega-se criticamente o conceito de segurança ontológica nos dois estudos de caso a fim de debater o caráter imaterial que segurança assume em certos contextos, assim como a sua relação com a similaridade e a distinção identitárias dos regimes analisados. Nesse sentido, tem-se como objetivos específicos da pesquisa:

- a) compreender o papel que identidades exercem sobre políticas externas e relações de ameaça e segurança;
- b) analisar qual ordem de fatores (materiais, identitários, ideacionais, ontológicos) assumem precedência nos processos de construção de ameaça investigados;
- c) discutir os efeitos que os processos de construção de identidades dos regimes analisados exercem internamente sobre suas populações;

A fim de responder a pergunta de pesquisa e atingir os objetivos delimitados, o trabalho procede à análise de dados secundários e literatura especializada, assim como de discursos de personalidades relevantes nos contextos saudita, bahreini e iranianos e documentos e relatórios oficiais emitidos pelos três Estados.

Argumenta-se que, no caso saudita, relações de ameaça com o Irã foram estabelecidas a partir de uma insegurança de cunho ideacional, identitário e ontológico em variados momentos do período posterior à Revolução Islâmica de 1979. Já no cenário do Bahrein, há uma insegurança material e existencial proveniente de Teerã, visto as profundas relações entre os dois países e suas populações e o espectro de uma nova reaneaxação do pequeno arquipélago ao território iraniano, o que caracteriza o relacionamento entre os dois regimes em termos securitários. Ambos os regimes saudita e bahreini empregam discursos e narrativas sectários a fim de se afirmar interna e externamente e se diferenciar do iraniano. sendo aqueles do primeiro

caso relativos a processos de afirmação identitária e aqueles do segundo, a medidas de proteção contra sublevações internas que contestam a autoridade da dinastia governante.

O trabalho se justifica devido à escassez de pesquisas sobre o Oriente Médio e seus atores no Brasil, o que não corresponde a sua posição de destaque nas relações internacionais contemporâneas. Similarmente, a sociedade brasileira apresenta cerca de 16 milhões de descendentes árabes e uma parcela significativa de muçulmanos, assim como vem intensificando suas relações econômicas com países e empresas da região, em especial nos setores alimentício e petrolíferos (AMAR, 2014). Dessa forma, há uma necessidade de produção de conhecimento nacional para melhor compreender a própria composição demográfica brasileira, investigando os contextos e culturas de origem dessas pessoas, o que o presente trabalho se propõe a fazer.

A monografia está estruturada em três capítulos de desenvolvimento, somados a um de conclusão e esta introdução. O primeiro capítulo expõe o marco teórico pós-estruturalista empregado, apresentando a expansão do campo dos Estudos de Segurança Internacional, a discussão em torno do critério de priorização entre ameaças de diferentes essências no Oriente Médio iniciada por Walt (1987), o papel co-constituente de discursos e identidades na construção de ameaças e o conceito de segurança ontológica nas Relações Internacionais. Posteriormente, o segundo capítulo se preocupa em analisar o caso da Arábia Saudita com enfoque nas relações entre a construção da identidade articulada pelos al-Saud e a caracterização do regime iraniano como uma ameaça ao saudita. O terceiro foca na análise do caso do Bahrein, discutindo a variedade identitária historicamente presente no arquipélago, o impacto da chegada dos al-Khalifa e da identidade mobilizada por estes, e o tensionamento de suas relações com o Irã. Por fim, a conclusão apresenta um panorama geral do trabalho.

2 PERCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS NO ORIENTE MÉDIO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo versa sobre como os processos de percepção e construção de ameaças são teorizados nas Relações Internacionais. A primeira seção trata de discutir a expansão do campo dos Estudos de Segurança Internacional ocorrida a partir dos anos 1980. A segunda investiga o desenvolvimento de aparatos teóricos dessa área ao estudar os contextos específicos do Oriente Médio, partindo do desenvolvido por Stephen Walt (1987) e passando pelo debate de qual ordem de fatores deve ser e é priorizada até chegar em modelos recentes, como de May Darwich (2016). Em seguida, foca-se nos estudos relativos ao papel constituinte de discursos, identidades e narrativas em política externa e segurança, explicitando os conceitos e modelos teóricos pós-estruturalistas adotados nessa pesquisa. Por fim, é introduzido o conceito de segurança ontológica e sua aplicação nas Relações Internacionais.

2.1 A EXPANSÃO DA AGENDA DE PESQUISA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Como Estados percebem e constroem um ator externo como uma ameaça a sua segurança e quais fatores apresentam primazia nesses processos são questões tratadas de forma diversa nas Relações Internacionais e que demonstram características específicas quando aplicadas ao caso do Oriente Médio. Em um sentido geral, conforme Rousseau e Garcia-Retamero (2007, p. 745), “uma ameaça é definida como uma situação em que um agente ou grupo tem tanto a capacidade quanto a intenção de infligir uma consequência negativa a outro agente ou grupo.” O desenvolvimento das teorias de percepção de ameaça acompanhou e permanece ligado aos avanços dos Estudos de Segurança Internacional (ISS), sendo a formação conceitual de ameaça intimamente correlacionada com a de segurança.

Segundo Buzan e Hansen (2009), os Estudos de Segurança Internacional (ISS, do inglês *International Security Studies*) são um campo das Relações Internacionais que se originou após a Segunda Guerra Mundial com enfoque nos debates sobre e em torno do conceito de segurança internacional. Como a concepção de segurança, em suas variadas formas, sempre apresentou causas e consequências políticas, a definição do que constitui os ISS foi amplamente contestada desde sua origem. Partindo de análises da guerra, história militar e estratégia, cujo maior foco recaía sobre as condições e implicações do uso da força por Estados, os limites de tal área de estudos foram se expandindo ao incluir novos conceitos, como normas, sociedades, organizações, ideias, identidades, indivíduos. Essa diversificação conceitual ampliou as “zonas

fronteiriças” entre os ISS e outras disciplinas, integrando-os com Sociologia, Antropologia, Economia, Psicologia, por exemplo (BUZAN; HANSEN, 2009). Muitos pesquisadores e pesquisadoras, a partir desse maior engajamento e sofisticação disciplinar, desenvolveram uma postura crítica em relação a premissas tidas como tradicionais. Nesse sentido, forneceram apoio para que reconsiderações fossem feitas de maneira contínua, contribuindo para o avanço do campo de pesquisa como um todo e o aumento das dificuldades em definir seus contornos (BUZAN; HANSEN, 2009).

Positivismo, nas Relações Internacionais, refere-se a perspectivas que buscam regularidades e leis gerais da política internacional via observação de seus eventos, do mesmo modo que outras ciências, como as naturais, fazem com seus objetos de estudo (SMITH, 1996). Estas implicam que os métodos científicos podem ser aplicados em qualquer campo, independentemente de suas origens. Ao empregar tais abordagens, assume-se que todos os “fatos” são neutros normativa e teoricamente, de maneira que o esforço científico se baseia na objetividade do conhecimento sobre o mundo, a qual pressupõe a existência de um mundo “real” independente da pessoa que o pesquisa, seus valores e crenças. Toda suposição deve ser validada ou falsificada frente a testes empíricos para ser considerada “real” ou “científica”, o que faz a adoção de uma visão positivista ter implicações epistemológicas e ontológicas ao restringir o que deve ser estudado e de que forma ao que se conforma a essas premissas. As diferentes correntes do realismo, liberalismo e marxismo são essencialmente fundamentadas, em algum grau, em teorias positivistas, implicando que o *mainstream* teórico das Relações Internacionais também o seja. Perspectivas pós-positivistas, por sua vez, opõem-se a tais princípios por adotarem uma visão interpretativista e reflexiva da ciência, contrapondo-se aos empirismo e objetivismo positivistas (SMITH, 1996). Sob esse modo de pensamento, não há observação “objetiva” da realidade devido à impossibilidade de separar o sujeito do objeto de pesquisa, visto que fatos são precedidos por ideias, teorias, conceitos e valores dos atores que os constroem socialmente. Assim, a realidade é sempre produto da experiência intersubjetiva desses, e a ciência se ocupa de interpretar os processos pelos que os fatos são construídos e levados à existência material. Teorias pós-estruturalistas e pós-coloniais apresentam como características fundadoras as premissas pós-positivistas, assim como variantes mais críticas do construtivismo convencional (SMITH, 1996).

Com a emergência de teorias pós-positivistas nas Relações Internacionais, houve a imersão dos ISS em comunidades epistêmicas cujas formas de pensamento e produção de conhecimento eram críticas do cânone tradicional desse campo, representado pelas diversas correntes realistas e sua majoritária epistemologia positivista da ciência. A partir desses novos contatos, debates e intercâmbios intelectuais, uma crescente postura crítica em relação às

concepções de segurança e de ameaças postuladas por essas teorias das Relações Internacionais foi desenvolvida. De certa forma, a emergência dessas novas perspectivas seguiu a linha de áreas questionadoras pré-existentes na disciplina, como as que já discutiam o papel e a construção de percepções no processo de tomada de decisões (JERVIS, 2017). Assim, não há mais a força totalizante e generalizadora de um conceito securitário pautado unicamente por capacidades militares (BUZAN; HANSEN, 2009).

A literatura de Relações Internacionais frequentemente coloca elementos de ordem material e ideacional em posições dicotômicas e, às vezes, maniqueístas ao tentar determinar quais fatores apresentam maior importância na identificação de um ator em relação ao outro. Enquanto as perspectivas realistas assumem preponderância aos primeiros, tratando concepções como produtos das assimetrias de poder entre diferentes Estados, construtivistas convergem em prol da primazia dos segundos, embora sob aparatos teóricos diversificados (ROUSSEAU; VEEN, 2005). Conforme tal área de pesquisa foi se diversificando, também emergiu a divisão entre visões psicológicas e não-psicológicas sobre percepções na política internacional, seguindo o pensamento desenvolvido por Robert Jervis (2017), para o qual tais processos sofrem constrangimentos derivados de aspectos psicológicos influentes na tomada de decisão, seja no âmbito cognitivo, seja no subjetivo relacionado a emoções e afetos (STEIN, 2013).

Com as ações e eventos internacionais não ocorrendo em sistemas hermeticamente fechados, impermeáveis a comportamentos de atores externos ao mundo desenvolvido, representado pelos países da América do Norte e da Europa Ocidental, seu estudo não se desenvolveu alheio ao Oriente Médio, embora sua marginalização, historicamente no campo dos ISS, tenha sido proeminente (AYOUB, 1997; BARKAWI; LAFFEY, 2006). Stephen Walt (1987) elaborou sua teoria de balança de ameaças com uma análise do padrão de alianças existente na região entre a formação do Pacto de Bagdá (1955) e a resposta dos países árabes para os Acordos de Camp David (1979), elencando um maior número de variáveis influentes na percepção de ameaça de certo ator do que o tradicional cálculo racional de poder ou capacidades militares. Seguindo esse estudo, críticas foram realizadas em uma tentativa de expandir crescentemente a gama de fatores considerados relevantes para uma análise do jogo político da região. Forças de ordem ideacional, como identidades, ideologias, religião, normas e ideais viram sua importância ser reconhecida, do mesmo modo em que avanços teóricos se distanciavam do padrão disciplinar estadocêntrico das Relações Internacionais ao incorporar elementos subnacionais e transnacionais (DARWICH, 2016; DAVID, 1991; GAUSE, 2003; RUBIN, 2016).

Nos âmbitos teóricos em que o Estado e capacidades materiais apresentam prevalência como objeto e variáveis de análise respectivamente, houve desenvolvimentos que assimilaram

as especificidades dos atores e forças atuantes no Oriente Médio. Mohammed Ayoob (1997) propõe um paradigma que, ao manter o conceito de segurança eminentemente ligado ao Estado, assume as características próprias da formação estatal dos países do Terceiro Mundo, os quais constituem a maioria dos governos internacionais. Sua teoria, denominada realismo subalterno, advoga pelo reconhecimento da capacidade de ação destes países no estabelecimento e manutenção da segurança interestatal, ignorado pelas análises realistas tradicionais até então. Nesse sentido, o caráter distinto da construção estatal no Oriente Médio, visível nas históricas limitações de capacidades extrativas e administrativas dos Estados, no grande papel das elites em tais processos e na coexistência de outras entidades com influência no exercício da autoridade política, como grupos tribais, é assimilado sob essa perspectiva (ANDERSON, 1987; AYOOB, 1997).

Tratando da expansão do escopo e dos conceitos dos estudos de segurança no início dos anos 90, Walt (1991, p. 223, tradução nossa) argumentou que teorias pós-estruturalistas haviam “seduzido outras áreas” e que “[...] ainda tinham que demonstrar muito valor para a compreensão da política global; até agora, esses trabalhos são majoritariamente críticas e não teoria”. Em contraponto a tal posição, para os fins desse trabalho, perspectivas que analisam o papel de discursos no âmbito securitário são de particular importância, na medida em que deixam de tratar Estados, sociedades, organizações, grupos e indivíduos como meros objetos de análise e reconhecem a sua agência na própria construção de sujeitos de segurança. Ao considerar os efeitos políticos da mobilização de narrativas de ameaça, mostra-se a relação de tais processos com a identidade promovida por determinado ator, cuja formação evidencia a multiplicidade de fatores influentes na percepção das forças em seu entorno, não a limitando ao cálculo, mensuração e comparação de capacidades estatais (KRAUSE; WILLIAMS, 1996). Nesse contexto, a análise dos casos saudita e bahreini demonstra essa multifacetada relação entre a articulação de fatores identitários pelas elites governantes, os seus respectivos processos de construção de ameaças e a subsequente mobilização de práticas discursivas reativas a elementos nocivos às suas noções de segurança, também socialmente construídas.

2.2 IDENTIFICANDO AMEAÇAS NO ORIENTE MÉDIO

Partindo de uma posição crítica à teoria neorrealista de Kenneth Waltz (1979), Stephen Walt (1987) analisou o histórico de formação de alianças no Oriente Médio entre a segunda metade dos anos 50 e o final dos anos 70 a fim de empregar e testar sua teoria de balança de ameaças. Evidenciando os fatores influenciadores das ações e práticas de governos da região, o autor assumiu que, mais do reagirem a assimetrias de poder derivadas do caráter anárquico

do sistema internacional como Waltz previa, Estados adotam comportamentos reativos ao agente que estabelece a maior ameaça a suas condições existenciais. Nessa lógica, alianças são formadas não para impedir a emergência de um ator dominante cujas capacidades materiais superiores podem causar prejuízo a posição de outros, mas para se garantirem frente a uma ou várias ameaças externas (WALT, 1987).

A escolha da obra de Walt (1987) como ponto de partida dessa seção não se deu de forma arbitrária. Não implicando na inexistência de análises que abordem a percepção de atores do Oriente Médio previamente ao lançamento de seu livro *“The Origin of Alliances”* em 1987, defende-se essa decisão devido à importância que a teoria de balança de ameaças teve para o desenvolvimento de corpos teóricos mais robustos, tanto no âmbito particular dos Estudos de Segurança Internacional quanto no geral das Relações Internacionais (BUZAN; HANSEN, 2009). Conforme Katzenstein (1996, p. 27, tradução nossa), “[...] a teoria de ameaça de Walt não é uma mera modificação do neorrealismo, mas uma significativa inflexão feita a partir dele”. Similarmente, seu estudo de dinâmicas específicas da região incentivou um debate sobre quais fatores são relevantes para as diferentes percepções de cada país e sob quais condições, contribuindo para o avanço de pesquisas que assumem as características próprias dos diferentes atores (DARWICH, 2016; DAVID, 1991; GAUSE, 2003; RUBIN, 2016).

Ao notar o escopo de sua análise empírica, verifica-se que o autor não delimita explicitamente sua concepção da região médio-oriental. Os comportamentos de nove Estados são investigados, sendo Arábia Saudita, Egito, Iraque, Israel, Jordânia, Líbano, Síria, Iêmen do Norte e Iêmen do Sul, o que demonstra seu enfoque nas dinâmicas e relações motivadas por países árabes. Embora participem de certas alianças e sejam incluídos nos relacionamentos analisados, Irã, Turquia, Omã, os recém-formados países do norte africano (Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia) e os pequenos reinados do Golfo Pérsico¹ (Bahrein, Catar, Kuwait e Emirados Árabes Unidos) não apresentam preponderância na análise proposta por Walt (1987). Dessa forma, e também indicando a importância dada às áreas de ação e influência dos dois principais agentes extrarregionais no período em questão (1955-1979), Estados Unidos e União Soviética, Walt (1987) prioriza Estados árabes com maior atuação política e internacional durante essa época e Israel.

Ameaças se situam em uma instância superior à de poder, visto que são determinadas conjuntamente por este e outros elementos constituintes, o que transfere a centralidade do

¹ Utiliza-se, neste trabalho, a nomenclatura adotada pelo Grupo de Especialistas das Nações Unidas em Nomes Geográficos (UNGEGN) e pelos diversos órgãos da Organização das Nações Unidas, para os quais o corpo de água localizado “[...] a sudoeste do continente asiático entre 23 e 30 graus de latitude norte e 48 e 56 graus de longitude na parte sul do vasto país do Irã, com comprimento de 1259 quilômetros” deve ser chamado de Golfo Pérsico, baseando-se em fontes históricas e geográficas (UNGEGN, 2006, p. 1, tradução nossa).

cálculo racional de poder na análise de política internacional para esse novo conceito. Ao lado de poder agregado, categoria que inclui as capacidades industriais, militares, tecnológicas e populacionais de um Estado, são considerados fatores determinantes para as ações de um ator proximidade geográfica, poder ofensivo e “atitudes agressivas” (WALT, 1987). Postula-se que um aumento desproporcional em uma dessas variáveis em qualquer um desses grupos gera desconfiança e temor de dominação em outros países, os quais, então, engajam-se em condutas reativas. O conjunto dessas características molda a direção de certo governo em prol de um balanceamento contra ou a favor (*bandwagoning*) do Estado tido como mais ameaçador, sendo a formação de alianças o meio político adotado para estabelecer um contexto de segurança entre as diversas partes (WALT, 1987).

Em relação ao papel de ideologias nas decisões e oportunidades dos atores do Oriente Médio, Walt (1987) defende que exerceram influências reduzidas, tanto as provenientes dos Estados Unidos (democracia liberal) e União Soviética (marxismo-leninismo) quanto a do movimento nacionalista árabe. Sobre esta última, Walt (1987, p. 211, tradução nossa) reduz as razões de seus insucessos às “premissas contraditórias da própria ideologia”, a qual, ao tentar atingir a unidade da nação árabe, incentivou “lutas por hegemonia” entre seus próprios defensores, dadas as pressões sob a soberania individual de cada Estado. Nesse sentido, “certas ideologias são mais uma fonte de divisão do que união, embora a ideologia explicitamente preconize cooperação estreita entre seus aderentes” (WALT, 1987, p. 170).

Embora se reduza a importância de fatores ideacionais, em especial ideologias, na percepção de diferentes atores, assumindo que variáveis de tal ordem só são relevantes quando as outras fontes de ameaça são equiparáveis ou estáveis, a teoria de balança de ameaça representou um movimento importante dentro do realismo e das Relações Internacionais. Além de avançar os pressupostos de Waltz (1979) e sua balança de poder, há um caráter paradoxal nos próprios fundamentos do aparato teórico de Walt (1987), que contradiz sua posição eminentemente realista-materialista e implicitamente reconhece o papel que elementos ideológicos exercem nesse sistema de percepções (BARNETT, 1996). Esse movimento intelectual pode ser verificado em sua exposição da singularidade das relações interárabes, que afasta o caso empírico dos pressupostos teóricos,

Uma forma diferenciada de balanceamento vem ocorrendo nas relações interárabes. No mundo árabe, a mais importante fonte de poder tem sido a habilidade de manipular a imagem própria de alguém e a de seus rivais nas mentes de outras elites árabes. Regimes ganharam poder e legitimidade se foram vistos como fiéis aos objetivos árabes aceitos e perderam esses recursos se aparentaram desviar do consenso árabe. Como resultado, um meio efetivo de conter os rivais de alguém tem sido atrair quantos aliados possíveis a fim de se apresentar como líder das (ou ao menos sujeito às) normas de solidariedade árabe. (WALT, 1987, p. 149, tradução nossa).

Ao assumir que o poder dos Estados árabes deriva de sua habilidade em mudar a interpretação e percepção de um em relação a outro, implica-se um caráter subjetivo na forma pela qual estes formulam e estimam suas ameaças e oportunidades, “[...] sua ênfase [...] se distancia do nível sistêmico e transiciona a análise de capacidades materiais para fatores ideacionais” (KATZENSTEIN, 1996, p. 27, tradução nossa). Da mesma forma, deixando de inferir uma definição de “intenções agressivas”, único fator cuja determinação não pode ser acessada objetivamente via mensurações materiais e que demonstra autonomia em relação às outras variáveis, criam-se lacunas explicativas, sobre as quais críticas se apoiaram (BARNETT, 1996). Assim, a vigorosa defesa de ideais neorrealistas, como a primazia do Estado, seu materialismo e sua racionalidade, e a marginalização de variáveis ideacionais, reduzidas a “ideologias”, geram um contraponto ao posicionamento de Walt (1987). Mesmo que implicitamente, essa posição reconheceu a existência de processos intersubjetivos, tais quais a atipicidade movimentadora das relações interárabes² (BUZAN; HANSEN, 2009).

F. Gregory Gause III (2003) pontua que, apesar de a gama de elementos formadores de ameaças ter sido expandida, permaneceram as questões de como estes são identificados e qual é o critério de priorização adotado pelas elites tomadoras de decisão em um contexto de múltiplas, ambíguas e, às vezes, similares condições. No Oriente Médio, há a existência simultânea de atores com amplas capacidades militares, mas sem demonstrações agressivas perante certo regime, como o Iraque perante a Arábia Saudita no último quarto do século XX, e de outros com reduzidos recursos de poder, mas que empregam instrumentos retóricos e discursivos a fim de desestabilizar aquele, o que cria um ambiente complexo e incerto no que diz respeito à escolha de alianças. Analisando as decisões tomadas pelas elites governantes da Arábia Saudita, Jordânia e Síria entre 1971 e 1991, Gause (2003, p. 274, tradução nossa) concluiu que “[...] palavras — se temido que encontrarão ressonância entre cidadãos de um Estado — foram vistas como mais imediatamente ameaçadoras do que armas [...]”. Nesse âmbito multipolar de variadas ameaças originadas em diferentes Estados, ações com o intuito de deslegitimar determinada elite governante com base na transposição de ideais além do escopo estatal em prol de grupos e partidos de oposição são equiparáveis em importância às aquelas movimentadas por mudanças na distribuição de poder em determinado contexto.

² Embora a posição de Walt referente à importância de variáveis ideacionais nas percepções de ameaça se afaste dos pressupostos de Waltz e sua balança de poder, sua epistemologia positivista e neorrealista se mantém como uma constante em sua trajetória acadêmica. Exponente de tal visão é sua famosa resposta aos debates em torno da redefinição e ampliação do conceito de segurança nas Relações Internacionais engendrados nos anos 80 e 90, na qual afirma que os estudos de segurança se preocupam (ou devem se preocupar) essencialmente com “o fenômeno da guerra” e “a ameaça, o uso e o controle da força militar” (WALT, 1991, p. 212, tradução nossa). Recentemente, em um artigo na *Foreign Affairs*, o autor inclusive clama por um retorno do realismo como a melhor perspectiva para guiar e formular a “grande estratégia” dos Estados Unidos, defendendo-a contra a “hegemonia liberal” que “enfraqueceu o país e causou dano considerável doméstica e externamente” (WALT, 2019, tradução nossa).

Ponderando sobre tal temática em relação às características específicas do Terceiro Mundo, David (1991) argumenta que a formação peculiar dos Estados terceiro-mundistas, constrangidos por heranças coloniais que os legaram deficiências nos aparatos administrativo e burocrático, deixou-os mais vulneráveis e expostos a forças desestabilizadoras, tanto externas quanto internas. A legitimidade dos regimes desses países se vê sempre posta em xeque por grupos subnacionais, muitas vezes resultantes de processos históricos que os marginalizaram do cenário político nacional, o que cria uma agenda de prioridades diferenciada. Ao analisar diversos tipos de ameaça e seus desdobramentos em ações de política externa, agentes do Terceiro Mundo preferem a opção que permite que a atual elite governante permaneça governando, assumindo que a fragilidade de suas instituições nacionais abre margem para que ameaças domésticas, motivadas interna ou externamente, ganhem maior relevância (DAVID, 1991).

Agregando o nível doméstico à balança de ameaças conforme proposto por David (1991), Gause (2003) verificou que as ideologias transnacionais do islã e do nacionalismo árabe, ao desafiam a legitimidade dos governos e gerarem insegurança internamente por meio de propaganda e instrumentos retóricos e discursivos, foram vistas como maiores ameaças pelas elites governantes do Oriente Médio do que descompassos entre suas capacidades materiais. Essa afirmação confirma a premissa construtivista, conforme esposado por Barnett (1996), de que ideias e identidades importam no processo de identificação de ameaças, a partir do qual, sob certas condições, determinam os recursos materiais de poder em voga. Nessa lógica, as tensões interárabes da segunda metade do século XX podem ser consideradas como resultantes de narrativas opostas sobre os ideais nacionalistas árabes, as quais determinavam o escopo de oportunidades, comportamentos e ações de seus defensores. Mesmo historicamente apresentando inimigos externos comuns, como Israel e seus países colonizadores, tais quais França e Reino Unido, e uma centralidade em torno da cultura, língua e história árabes, discordâncias relativas ao modo como essa identidade tomaria a forma de união política emergiram, intensificando desconfianças mútuas entre os regimes árabes (BARNETT, 1996).

No caso saudita, especificamente, com a Revolução Islâmica do Irã, Ruhollah Khomeini (2010) motivava dissidentes sauditas a se sublevarem contra a monarquia sob a premissa de que tal instituição contrariava os ideais islâmicos. Perante essas atitudes, a percepção de ameaça da família al-Saud se intensificou em relação ao regime iraniano, embora este não apresentasse recursos militares significativos, ao contrário de Saddam Hussein (GAUSE, 2003). Dada a necessidade de um posicionamento com a emergência da Guerra Irã-Iraque, os sauditas decidiram apoiar o governo iraquiano, demonstrando a preponderância da ameaça ideológica imposta pelos ideais revolucionários iranianos sobre a representada pelos ensejos hegemônicos

e militaristas de Hussein na região e, subsequentemente, confirmando a tese inicial de priorização de fatores ideacionais na política da região (GAUSE, 2003).

May Darwich (2016), também analisando o que levou a essa decisão do reino saudita, propõe um modelo mais robusto, o qual estabelece condições específicas capazes de propiciar o aumento do valor estratégico de certa fonte de ameaça em relação a outra e, em consequência, de exercer maior influência no comportamento de determinado ator. Enquanto Gause (2003, p. 303, tradução nossa) advoga que “[...] ideias [...] precisam ser instanciadas em uma forma tangível e material [...] para exercerem um importante papel nos cálculos de líderes sobre ameaças e alianças”, subordinando a força de elementos ideacionais à condição de materialidade, Darwich (2016) defende uma posição equidistante entre essas diferentes ordens, material e ideacional. Estados buscam simultaneamente segurança identitária, ou seja, a preservação do caráter distinto da imagem de determinado ator ao se relacionar; e física, relacionada ao esforço de sobreviver internacionalmente. Regimes baseiam suas ações externas na afirmação da identidade que defendem, a qual pode ser ameaçada por narrativas que questionem sua distinção perante outros. Tais identidades adotadas pelas elites governantes respondem a estímulos de instância material, como aqueles ligados a recursos militares, econômicos e financeiros capazes de influenciar outro ator, e alteram suas características de acordo com estes, ao passo que, em condições diversas, a lógica pode ser inversa, com as identidades determinando os interesses materiais (DARWICH, 2016).

Os processos de percepção de ameaça são formulados a partir dos fundamentos da identidade do regime e das possibilidades garantidoras de sua segurança física, sendo que ambos se influenciam mutuamente (DARWICH, 2016). Tanto nas relações internacionais quanto no âmbito do indivíduo, atores sustentam identidades múltiplas ao agir socialmente, as quais são empregadas de acordo com o contexto em que se encontram a fim de atingir seus interesses próprios (BREWER, 1991). Subsequentemente, ocorre a mudança e o reenquadramento (*reframing*) de tais bases identitárias quando estas são sobrepostas por narrativas ameaçadoras, o que pode fazer outras identidades serem invocadas. Essa sobreposição pode também ser indicativa de que há similaridade entre as identidades dos diferentes atores, o que pode ser tido como ameaçador ontologicamente ao considerar a distinção como um fator inerente à segurança identitária. Em tal contexto, uma identidade é vista como fixa quando a elite governante se estrutura em uma única fonte identitária dominante e não consegue projetar outras narrativas sobre si; em oposição, uma identidade fluida permite que um regime altere suas identificações próprias facilmente entre diversos pontos identitários (DARWICH, 2016).

Dado o caráter cambiante e dinâmico inerente a qualquer identidade, tais caracterizações não são imutáveis, podendo líderes mobilizarem fatores culturais, históricos e sociais tão profundamente que alterem toda a sistemática de narrativas que seu regime promove. Similarmente, identidades podem ser extinguidas, reduzindo o escopo de mudanças da identidade defendida pela elite governante (DARWICH, 2016). Processos de readequação, afirmação, promoção e defesa identitárias são eminentemente políticos e, subsequentemente, violentos por implicarem a imposição de determinada narrativa estatal sobre as de outros grupos marginalizados, sub ou supra-estatais. Essa situação de superposição é de particular relevância para casos do Oriente Médio, em que regimes e Estados coexistem com pressões de variados matizes que contradizem a visão de si propagada pelo governo (HINNEBUSCH, 2003).

Conjugando essas diferentes identidades de um regime com as suas possibilidades de ação frente a múltiplas ameaças externas, Darwich (2016) propõe um modelo de priorização entre fatores ideacionais e materiais. Conforme o Quadro 1, em uma situação de um governo de identidade fixa com uma ampla gama de reações possíveis a determinada ameaça, este assumirá primazia à defesa de sua identidade, dada a incapacidade de invocar prontamente outras fontes identitárias. “A percepção da distribuição de capacidades militares se torna subordinada às necessidades da identidade” (DARWICH, 2016, p. 154, tradução nossa). Por outro lado, em casos de fluidez identitária em que há opções políticas limitadas que garantam segurança física, forças materiais moldam as características da identidade que será adotada, enquadrando-a às demandas estratégico-militares que a decisão tomada requer. Assim, ao assumir as relações entre a construção de identidades e a distribuição de recursos materiais, ambos influentes nas percepções de elites governantes, Darwich (2016) estabelece condições específicas sob as quais fatores de certa ordem, ideacional ou material, orientam as políticas externas de certo ator³.

Quadro 1 — Forças ideacionais e materiais na percepção de ameaças

³ Quiçá a debilidade do modelo de Darwich (2016) recaia justamente em seu foco nas situações de variáveis em posições opostas (identidade fixa (limitada)/opções políticas múltiplas; identidade fluida (múltipla)/opções políticas limitadas), não abordando o comportamento de atores em contextos de variáveis similares, nos quais a relação mútua entre identidade e forças materiais torna ambíguos os critérios de priorização de um sobre outro.

Segurança física	Identidade do regime	
	Identidade fixa (identidade única)	Identidade fluida (identidades múltiplas)
Opções de política estratégica limitadas	Identidade \leftrightarrow Forças materiais	Forças materiais \rightarrow Identidade
Múltiplas opções de política estratégica	Identidade \rightarrow Forças materiais (caso saudita)	Identidade \leftrightarrow Forças materiais

Fonte: Adaptado de Darwich (2016).

Ao aplicar o seu modelo na decisão saudita de se aliar aos iraquianos na Guerra Irã-Iraque, Darwich (2016) verificou como a identidade defendida pela elite governante pautou a escolha estratégica nesse contexto. A formação do Estado saudita⁴ ocorreu de maneira diferenciada comparativamente a de outros da região, pois, para integrar seu território, sua população e seus recursos, a família al-Saud construiu uma narrativa religiosa em torno de si como instrumento legitimador de seus avanços na Península Arábica, contrastando com a invocação de elementos étnicos e nacionalistas realizada por outros Estados árabes (DARWICH, 2016). Mais especificamente, a aliança entre Muhammad ibn Saud, considerado fundador da dinastia saudita, e Muhammad ibn Abd al-Wahhab, pai da interpretação wahhabita do islã, gerou as premissas fundadoras da identidade da elite governante saudita, datando desde 1744 (COMMINS, 2006). Servindo, em um momento inicial, para cooptar as diversas tribos nômades do Najd (centro da Arábia) e estabelecer um aparato estatal, esse convênio político-religioso se tornou profundamente imbricado no processo de tomada de decisão do reino, constringendo seu escopo de atuação ao ditado por sua identidade islâmica-wahhabita. Nesse sentido, verifica-se uma identidade fixa, nos termos de Darwich (2016), cuja base política-religiosa é tão entrelaçada à formação do Estado saudita que impede sua fácil readequação e transformação em condições adversas (DARWICH, 2016).

Wahhabismo (al-Wahhabiyya) refere ao movimento de reforma religiosa fundado por Muhammad ibn Abd al-Wahhab durante o século XVIII na região central da Península Arábica (Najd). Uma de suas principais premissas é o retorno a uma versão mais pura do islã, na qual as práticas e crenças dos primeiros muçulmanos (*salaf*) seriam retomadas. Devido à importância dessa característica, seus seguidores preferem ser chamados de *salafistas*, reiterando o caráter

⁴ Dado o forte autoritarismo pautado em preceitos monárquicos existente na Arábia Saudita, utiliza-se, neste trabalho, Estado saudita, regime saudita, elite governante saudita e família al-Saud como sinônimos.

central da busca por pureza religiosa. Durante seu desenvolvimento, a interpretação wahhabita demonstrou um forte caráter político, especialmente ao fornecer a base de legitimidade do Estado saudita, com o qual se relaciona de maneira íntima (COMMINS, 2006). Tal natureza é considerada por críticos como prova do caráter não-islâmico, herege, do movimento de al-Wahhab, o qual estaria somente se valendo de sua plataforma religiosa para expandir os interesses próprios de sua elite clerical (COMMINS, 2006).

Autointitulando-se o Guardião das Duas Mesquitas Sagradas (*Custodian of the Two Holy Mosques*), Meca e Medina, o reino saudita defende a imagem própria de propagador dos ideais islâmicos no Oriente Médio. Frente à emergência de uma retórica pan-islamista com a Revolução Iraniana (1979), essa interpretação própria se viu ameaçada identitariamente, visto que seu caráter distintivo foi contestado por Khomeini e seu ideal do Irã como modelo de Estado islâmico⁵. Militarmente, o regime iraniano se encontrava debilitado e se apequenava diante dos investimentos militares que Saddam Hussein realizava em seu país, o que, em termos estratégicos e de capacidades materiais, transformava o Iraque em maior ameaça para a Arábia Saudita do que o Irã (DARWICH, 2016). Podendo se aliar com Teerã ou Bagdá na eminência da guerra entre os dois (opções políticas múltiplas), a família al-Saud reenquadrou (*reframed*) sua identidade própria ao fortalecer o seu caráter específico wahhabita e se distanciar do islâmico geral e apoiou o lado iraquiano. Dessa forma, nesse evento específico, o modelo de Darwich foi confirmado, havendo a prevalência de fatores ideacionais (identidade wahhabita) sobre materiais (desenvolvimento militar do Iraque) em um contexto de identidade fixa e opções políticas múltiplas (DARWICH, 2016).

Nessa lógica de ameaças e embates ideacionais, Lawrence Rubin (2014) formulou sua teoria de balança de ameaças ideacionais, na qual analisa as respostas dos governos saudita e egípcio às revoluções islamistas do Irã (1979) e do Sudão (1989). Criticando o foco excessivo da literatura sobre percepção de ameaças em formação de alianças, o autor demonstrou outras estratégias que governos adotam ao sentirem seus sistemas domésticos ameaçados identitariamente. As ideologias transnacionais, em especial as relacionadas ao islã, no Oriente Médio caracterizam ameaças ideacionais de particular importância para a segurança dos regimes árabes devido à facilidade daquelas de mobilizarem grupos e atores domésticos e à incapacidade destes de as conter efetivamente. Ao transmitir símbolos e ideias capazes de alterar a opinião pública sobre o direito de seu governante governar via mídias sociais e redes transnacionais religiosas, ameaças ideacionais constituem desafios à legitimidade dos regimes, os quais reagem balanceando tais estímulos (RUBIN, 2014).

⁵ Com definição amplamente contestada, Estado islâmico constitui um governo cuja ordem sociopolítica é, em elevado grau, pautada por normas islâmicas (RUBIN, 2014).

O processo de balanceamento ideacional, segundo Rubin (2014), recorre a dois métodos, mobilização de recursos e *counterframing*. O primeiro está centrado em melhorar a imagem interna e externa do regime em questão por meio do fortalecimento de meios que fomentam sua base moral e política, como, no caso saudita diante das revoluções mencionadas, houve o investimento em instituições, bolsas de estudo e caridades que promoviam as credenciais islâmicas do regime. Similarmente, *counterframing* constitui práticas que visam “refutar, debilitar ou neutralizar” as narrativas criadas por um oponente, o que pode incluir, em contextos autoritários, cessar a comunicação e proibir discussões sobre o assunto, refutá-lo com discursos embasados em ideias positivas e ressonantes na sociedade em questão, e tentar o neutralizar com a mudança ou alteração de seu contexto originário (RUBIN, 2014, p. 37, tradução nossa). Por meio de tais ações, o regime atacado ideacionalmente reestabelece e mantém as bases domésticas de sua legitimidade e, dessa forma, a segurança de sua identidade. Nesse quadro relacional, a percepção de ameaças de um ator corresponde às dinâmicas materiais, relacionadas à balança de ameaças de Walt (1987) ou de poder de Waltz (1979), e ideacionais, relativas ao balanceamento ideacional de Rubin, de uma determinada situação conflitiva, motivando respostas e reações de acordo com o tipo de ameaça enfrentada (RUBIN, 2014).

A teorização de processos de percepção de ameaças no Oriente Médio simultaneamente seguiu a evolução das teorias de Relações Internacionais, com a sofisticação e expansão conceitual de segurança, ameaça e percepção, e as adequou às especificidades dos atores da região, em especial às dos países árabes. Partindo da modificação do aparato teórico waltziano realizada por Walt (1987) e a subsequente ampliação da gama de fatores influentes nas percepções, gradualmente ocorreu a introdução de variáveis ideacionais (normas, valores, ideias, identidades, religiões, ideologias) e o desenvolvimento de modelos conceituais e epistemológicos que investigassem o papel e as dinâmicas de tais fatores. Nesse contexto, logo surgiu a questão de quais são os critérios de priorização que atores internacionais adotam diante de ameaças de diferentes ordens e origens, prosseguindo o debate entre defensores da primazia de capacidades materiais, mais notadamente neorrealistas, e advogados da superioridade de fatores ideacionais.

O que Walt (1987) contraditoriamente já havia exposto em sua análise de relações interárabes, Gause (2003), David (1991), Barnett (1996) e Rubin (2014), a partir de perspectivas distintas, confirmaram que a fonte de ameaça mais proeminente no Oriente Médio é derivada de ideologias transnacionais, como nacionalismo árabe ou pan-islamismo. Estas, por meio da movimentação de símbolos, ideias e valores, são capazes de ameaçar a legitimidade dos regimes frente a opinião pública, o que demanda reações por parte dos ameaçados. Enquanto os três

primeiros autores focaram na formação de alianças interestatais como opções políticas de resposta ao contexto hostil, Rubin investigou comportamentos baseados na mobilização de forças não-materiais, como narrativas e discursos, que preservassem a *identidade* dos regimes em questão. Na mesma linha, Darwich (2016) demonstrou a relação entre os diversos tipos de identidade, as capacidades materiais e as estratégias de política externa, as quais se alteram de acordo com qual ordem de fatores toma precedência na percepção de ameaça de determinado ator sob certas condições, atestando a co-constituição dos âmbitos material e ideacional. Assim, as experiências médio-orientais assumem a importância de ambos os elementos, ideacionais e materiais, na formação de percepções, ao mesmo tempo que expressam a particularidade de seus atores e regimes se considerarem mais sensíveis a ameaças relativas a suas identidades e narrativas formadoras.

2.3 IDENTIDADES E DISCURSOS NA CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS

Embora identidades, a partir de casos do Oriente Médio, apareçam como fatores influentes nas percepções de regimes governantes e na formulação de suas políticas externas, as relações entre esses processos ocorrem de maneira complexa e dinâmica, sendo dependentes das conceituações atribuídas a identidades e segurança. O proposto pelas teorias pós-estruturalistas, conforme de Epstein (2008), Hansen (2006), Shapiro (1988) e George (1994), mostra-se relevante devido ao seu foco no papel constitutivo que discursos assumem em relação ao contexto em que são invocados e aos agentes que os invocam, o que se relaciona com o próprio processo de formação de identidades e suas imbricações nas concepções de segurança e política externa. Sua ênfase recai nos contextos e condições em que sujeitos e objetos são constituídos e nas narrativas e práticas pelas quais estes ganham e constituem significados, contrapondo-se ao foco em suas definições *per se* (GEORGE, 1994).

Por discursos, uma possível definição é a de Epstein (2008, p. 2, tradução nossa), que os define como “meios de atribuição de sentido” a “indivíduos, sociedades, Estados e a suas perspectivas de vida e de seus entornos”, sendo “um conjunto coeso de ideias, conceitos e categorizações sobre um objeto específico que enquadra este de certa forma e, assim, delimita as possibilidades de ação em relação a ele. É uma estruturada entidade, ainda que aberta e dinâmica.” A partir da invocação de discursos, relações, muitas vezes hierárquicas, são constituídas, nas quais se delimita o escopo e amplitude em que um ator pode agir e, dessa forma, o significa (EPSTEIN, 2008).

Por sua vez, identidade se refere a

[..] uma matéria de “se tornar” assim como de “ser”. Ela pertence ao futuro tanto quanto ao passado. Não é algo já existente, transcendendo lugar, tempo, história e cultura. Identidades culturais vêm de algum lugar, têm histórias. Mas, como tudo que é histórico, passam por constantes transformações. Longe de serem eternamente fixadas em um passado essencializado, são sujeitas ao “jogo” contínuo da história, da cultura e do poder. Longe de serem embasadas em uma mera “recuperação” do passado, o qual está esperando para ser achado e, quando achado, assegurará nosso senso de nós mesmos na eternidade, identidades são os nomes que damos para as diferentes maneiras em que somos posicionados pelas e nas narrativas do passado. (HALL, 1994, p. 225, tradução nossa)

Em contraponto a uma busca ou recuperação de valores, normas e padrões de referência fixos, estáveis e imutáveis, identidades se constituem como um eterno processo de posicionamento e invocação de discursos e narrativas sobre o passado, os quais transcendem múltiplos e dinâmicos níveis de significados (ou várias identidades de um só ator) (HALL, 1994). Nessa sistemática, a base formadora identitária se encontra tanto na diferença, estabelecendo um ou vários “outro(s)”⁶, quanto na similaridade, constituindo relações de identificação mútua no âmbito social-coletivo (HALL, 1994). A construção de limites por identidades, longe de serem definitivos, senão essência e dinamicamente cambiáveis, implica na formulação de caracteres desiguais (*othering*), muitas vezes dicotômicos, nas quais o desconhecido externalizado, em última instância, é associado à certidão da morte (NEUMANN, 1996). Assim, mais do que conceber que identidades *importam*, como outros aparatos teóricos já haviam demonstrado, defende-se que identidades *constroem e são construídas*.

Ao se ter a sustentação de identidades múltiplas em um contexto social, o ponto de referência da identificação de determinado ator se altera de acordo com os discursos e narrativas que são promovidos sobre si. Essa mudança faz sentido quando concebida diante do caráter articulativo de discursos proposto por Hall (1996), segundo o qual elementos estabelecem relações entre sujeito e prática discursiva que são contingentes entre si, podendo ser articuladas e rearticuladas sob condições diversas. Nessa lógica, mesmo que uma identidade seja formada por uma miríade de fatores, às vezes até apostas, estes só ganharão e construirão sentido quando sua *articulação* tomar forma (HALL, 1996).

Para Shapiro (1988), esse processo de delimitação, formador de alteridades⁷ (*otherness, altérité*), é a força motriz das políticas externas, nas quais a contínua diferenciação e, principalmente, ordenação de sujeitos estão imbricadas em âmbitos coletivos, sociais e políticos. O outro é visto como algo ou alguém a ser contido devido a seu status inferior e sua

⁶ O “outro” pode ser caracterizado como aquele que é desconexo do eu próprio (*self*), assumindo uma posição de negação de tudo que constitui este. Por meio da construção de um “outro”, criam-se limites para a definição do que se considera parte de um sujeito, o que, por sua vez, gera binarismos no processo de formação de identidades (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2013).

⁷ Alteridade, do francês *altérité*, define a situação marginalizada e inferior a que o “outro” é relegado durante o processo de subjetivação, a qual é construída como ponto de referência para o estabelecimento da identidade própria de um agente (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2013).

estigmatização, o que mobiliza e direciona recursos de determinado país ou, em outros termos, articula políticas a fim de conter seus discursos (HANSEN, 2006; SHAPIRO, 1988). Política externa não é mais a simples ação dos Estados ou a resposta destes às demandas de seu entorno, mas “[...] os meios pelos quais uma forma particular de subjetividade é reproduzida”, ou seja, a afirmação das diferenças e exclusões criadas no processo de articulação de práticas discursivas específicas (LAFHEY, 2000, p. 430-1, tradução nossa).

Implícita a essa concepção está a ideia de que a realidade não é um local ou conceito objetivo, impermeável às diferentes perspectivas e experiências de seus sujeitos e cuja compreensão passa somente pela racionalização de seus objetos (HANSEN, 2006). Agentes constroem socialmente a realidade em que se encontram por meio de suas interações, discursos e práticas ao mesmo tempo em que são moldados pelos constrangimentos e diferenciações que suas subjetivações requerem em tal ambiente discursivo (EPSTEIN, 2008). Ao investigar o “real”, uma instância de nossa subjetividade, relações causais inexistem, pois não é possível separar duas variáveis e as colocar em posições independentes uma da outra a fim de identificar seu grau de dependência; ambas são co-constituídas, são “fundamento” e “produto” (HANSEN, 2006). Não existe identidade prévia ou independente de política externa, pois as duas são reproduzidas por discursos em uma via de mão dupla.

Considerando os comportamentos adotados nesse sistema de diferença e similaridade por seus variados atores, assume-se que a assunção e a defesa de uma identidade por um Estado implicam na produção de discursos de medo e perigo, os quais, por sua vez, mobilizam a população em direção da “segurança” prometida pelo organismo estatal (CAMPBELL, 1992). Conforme Niva (1999, p. 152, tradução nossa), “[...] a construção de uma ameaça implica a diferenciação de uma comunidade de um ameaçador “outro”, assim, produzindo uma fronteira entre a comunidade dentro e a ameaça fora”. Nessa lógica, a percepção de ameaça é constituída não pela assimilação ou interpretação de estímulos externos ao sujeito, como se é concebido por teorias com embasamento positivista, mas pelo próprio processo de construção e articulação de suas identidades, múltiplas e mutáveis (CAMPBELL, 1992).

Segurança, mais do que uma definição ou um conceito uno a partir dos quais se fazem análises, segundo Huysmans (1998), compreende os diferentes significados que ela pode assumir e as formas específicas de organização da vida que ela articula. A abordagem de Huysmans (1998), intitulada *thick signifier approach* (tradução literal ao português seria próxima de “abordagem do significante espesso”), realiza mais do que expandir ou aprofundar certo conceito securitário, pois atribui um caráter performativo e interpretativo para a enunciação de segurança em determinado contexto. Segundo o autor (1998, p. 232, tradução nossa),

Enquanto análises conceituais de segurança nas Relações Internacionais assumem uma realidade externa à qual segurança se refere — uma condição de (in)segurança — na abordagem *thick signifier*, “segurança” se torna autorreferencial. Ela não se refere a uma realidade externa, objetiva, mas estabelece uma situação securitária por si só. É a enunciação do significante que constitui uma condição de (in)segurança. Assim, o significante tem uma força performativa no lugar de uma descritiva. Ao invés de descrever ou retratar uma condição, organiza relações sociais em relações securitárias.

Nesse contexto, ameaças estão incluídas no ordenamento sócio-político promovido por segurança, articulando significados específicos das relações de pessoas com a morte, eixos relacionais que envolvem um “medo duplo”, o de outros indivíduos com a capacidade de matar e o da incerteza inerente ao futuro. A percepção de ameaças cria seus próprios objetos e suas inter-relações subsequentes e se organiza por si e em si. Dessa forma, percepções se tornam processos de construção de práticas discursivas de segurança e ameaça (HUYSMANS, 1998).

2.4. O CONCEITO DE SEGURANÇA ONTOLÓGICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao relacionar segurança, identidade e política externa, Mitzen (2006) formulou que, agindo socialmente, agentes não baseiam suas ações somente na busca por segurança física, relacionada a recursos materiais, mas também na procura por segurança de si, de seu eu próprio, de seu *self*. Essa forma de segurança, passando do nível identitário para o ontológico, foi concebida pelo psiquiatra R.D. Laing (1982) ao estudar pacientes esquizofrênicos e psicóticos. Em suas observações clínicas, o pesquisador definiu um indivíduo ontologicamente seguro como alguém com “um firme senso da própria realidade e identidade, assim como a dos outros, [...] [e] de sua presença no mundo como uma pessoa viva, completa e, no sentido temporal, contínua” (LAING, 1982, p. 41). Por outro lado, alguém com insegurança ontológica não demonstra tais características, vivendo em meio à incerteza, insegurança própria, falta de autonomia e consistência em relação a sua identidade. Nessa condição, qualquer ator externo é uma possível ameaça à fragilizada concepção de si do indivíduo, visto que ele é incapaz de estabelecer relações sociais mínimas que preservem sua identidade (LAING, 1982).

Sendo integrada na sociologia, Giddens (2002) assume que, a fim de atingirem um senso de segurança ontológica, indivíduos adotam narrativas e práticas rotineiras que os permitem acreditar na consistência de suas identidades próprias, o que, por seu turno, enseja-os a agir socialmente, desenvolver suas agências. Por meio da reiteração desses hábitos e rotinas, o caráter contingente e instável de identidades é apaziguado, pois há o estabelecimento de mecanismos de formação de confiança na estabilidade que essas práticas propiciam para o

indivíduo, diminuindo a ansiedade e incerteza que impedem a ação social (GIDDENS, 2002). Dessa forma, cria-se uma “continuidade biográfica” individual que garante espaço e lugar na sociedade e evita embates com reflexos da instabilidade inerente de identidades (GIDDENS, 2002).

Nas Relações Internacionais, o conceito de segurança ontológica e sua aplicação em casos empíricos gerou amplos debates. Alguns estudos expandiram o conceito para o nível estatal, partindo do individual de Laing (1982) e passando pelo social de Giddens (2002) e demonstrando que Estados também necessitam de um senso estável de identidade para conseguir promover suas políticas e assumir seu lugar no âmbito internacional. Mitzen (2006) indica que atores adotam medidas específicas que divergem da concepção de segurança como meio de sobrevivência (*security-as-survival*) e a assumem como meio de ser (*security-as-being*), sendo a última assegurada por meio da articulação de discursos e narrativas sólidos e convincentes de si mesmo (KINNVALL, 2004).

Seguindo as perspectivas de Giddens e Laing, embora tida como uma situação de natureza eminentemente precária, constrangida entre ditames de constância e mudança, a busca por segurança ontológica seria necessária e, em certa medida, positiva, pois permite consistência, estabilidade e agência aos atores, sejam indivíduos ou Estados (KINNVALL, 2004; MITZEN, 2006). Contudo, tais abordagens partem da premissa de que existe uma identidade única e estável a ser alcançada, o que não se confirma ao verificarmos o caráter dinâmico, variado, instável e multifacetado do processo de construção e promoção de identidades (HALL, 1994). Em especial, ao tratar de atores como o Estado, essa busca por estabilidade se caracteriza invariavelmente em termos políticos, pois “oficiais e outros atores tentam impor identidades consistentes com seus objetivos políticos e suas necessidades psicológicas” por meio de “discursos, textos, monumentos, comemorações e outros meios que têm o potencial de construir ou sustentar memórias oficiais e coletivas” (LEBOW, 2016, p. 27, tradução nossa). Huysmans (1998), autor que introduziu o conceito na disciplina, argumenta que é impossível atingir segurança ontológica e que sua procura pode ter efeitos nefastos para aqueles que são designados como “outros”. Toda a instabilidade das identidades passa a ser atribuída a esses bodes expiatórios e não a sua essência precária e provisória, sem fundamento ontológico e produto de discursos e práticas. Nesse contexto, o estabelecimento de *uma* identidade, o que Kinnvall (2004) denominou “securitização da subjetividade”, implica em um violento processo de marginalização e criação de um “outro”, relativo a todas as outras formas de identificação social existentes à margem dos discursos oficiais em uma sociedade (HUYSMANS, 1998; ROSSDALE, 2015).

A partir da abordagem *thick signifier* e da discussão em torno do conceito e aplicação de segurança ontológica nas Relações Internacionais, partimos para a análise de dois casos, o da Arábia Saudita e do Bahrein. Busca-se demonstrar quais significados segurança assume nesses contextos por meio de discursos, narrativas e práticas de ameaça em relação ao regime iraniano. Com tais objetivos, analisam-se os processos de construção das identidades defendidas pelas famílias al-Saud e al-Khalifa, os quais subjazem as suas percepções externas e internas e delimitam o escopo e as divisões das ações tomadas por cada reino. No quadro saudita, conforme exposto por Darwich (2014), houve a articulação de elementos identitários que fomentaram uma divisão e diferenciação ontológicas entre as identidades saudita e iraniana a partir da Revolução Islâmica de 1979, o que teve implicações e efeitos nefastos em seu contexto doméstico. Mais do que definir o que o regime se propõe a ser em relação a outros atores, essas reestruturações determinam a imagem de sua sociedade. Esse processo de imposição de uma identidade tida como oficial sobre outras subalternas pode ser visto no tratamento conferido pelo Estado saudita aos seus cidadãos xiitas da Província Oriental, cujas condições de marginalidade são embasadas por um discurso estatal pautado por ideais sectários (COLE, 2002) Dessa forma, a ameaça iraniana é fundamentada em elementos *ideacionais, identitários e ontológicos* no caso saudita, construídos e articulados em diferentes contextos históricos da sua relação com o Irã.

No caso bahreini, as significações atribuídas à segurança também passam pela mobilização de discursos e narrativas de ameaça sobre o Irã, mas sob condições diversas daquelas sauditas. Sua herança histórico-social profundamente correlacionada ao país persa impede que as divisões imanentes do processo de construção de sua identidade sejam fundamentadas em essência em elementos ontológicos ou ideacionais, mas permite que narrativas de ameaça se construam embasadas majoritariamente em fatores de ordem *material, existencial*. Ambos os casos baseiam suas políticas externas na articulação de práticas que os diferenciem do “outro”, o Irã, as quais serão analisadas nos próximos dois capítulos.

3 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SAUDITA E DA AMEAÇA IRANIANA: EM BUSCA DE ESTABILIDADE E DISTINÇÃO

Os processos de formação e promoção da identidade do regime da Arábia Saudita compreendem discursos multifacetados, centrados em torno de uma interpretação islâmica wahhabita, elementos tribais originários da planície do Najd na Península Arábica, às vezes agrupados em uma identidade árabe, e características específicas da dinastia fundada por Muhammad ibn Saud. A partir desses fatores, pressões direcionadas a um esforço de diferenciação identitária edificam limites entre o que é “saudita”, a imagem socialmente construída sobre si pelos membros da elite governante saudita, e o que deixa de ser considerado “saudita”, “outros” derivados desse processo de construção identitária. Dado o caráter autoritário e monárquico que tais processos assumiram no reino da família al-Saud durante sua trajetória formativa, a violência inerente à articulação de uma identidade estatal se mostrou acentuada, inicialmente contra grupos tribais e dinastias dissonantes da narrativa real e vertentes religiosas consideradas como contrárias às premissas de Muhammad ibn Abd al-Wahhab, em especial xiitas da Província Oriental (AL-RASHEED; AL-RASHEED, 1996).

A formação estatal saudita, concomitante à identitária, concebeu uma herança de práticas discursivas pautadas por um forte temor em relação à legitimidade interna do regime, fazendo forças internas desestabilizadoras da monarquia apresentarem primazia na percepção de ameaças da elite governante. Com seu aparato estatal primário remontando a 1932, permanece contemporaneamente a discussão sobre quais características são mobilizadas em prol de uma identidade oficial saudita e o que estabelece parâmetros de distinção relativos a outros atores. Há uma desconexão entre a narrativa promovida pela família real e setores da população com ensejos reformistas, como grupos islamistas localizados fora do discurso oficial wahhabi, o que se reflete em ações externas do regime para autoafirmar suas bases de legitimidade e identidade (AL-RASHEED, 2015).

Embora as decisões tomadas pela elite saudita não se reduzam aos ditames de seus clérigos e do Grande Mufti⁸ por estes serem submissos à autoridade do rei, o papel que o wahhabismo exerce no processo decisório é significativo. Ao promover premissas intolerantes a outras religiões e interpretações islâmicas, os discursos wahhabitas constituíram por si só limites identitários a seu grupo e à narrativa estatal saudita, a qual os concebe como base

⁸ Muftis são juristas islâmicos que determinam leis ou ordens relativas à religião, sendo Grande Muftis as maiores autoridades em assuntos religiosos de cada país islâmico (OUP, 2008). No caso saudita, são nomeados Grande Mufti àqueles que seguem a dinastia al-Sheikh e, desse modo, são da linhagem direta do fundador do wahhabismo, Muhammad ibn Abd al-Wahhab. Devido à forte relação entre essa e a família al-Saud, o Grande Mufti da Arábia Saudita, atualmente Abdul-Aziz al-Sheikh, exerce particular importância nas ações do regime, cujas fatwas (determinações jurídicas islâmicas) organizam o âmbito moral-religioso do reino (RIEDEL, 2015).

legítima que confere poder de agir aos membros da elite governante (USCIRF, 2019). Nesse processo, mais do que outorgar estabilidade à identidade saudita no que concerne religião, cria-se uma relação dialética entre forças e influências modernas, vistas como “impuras” (*bid'a*), e os princípios conservadores islâmicos em voga, o que Madawi Al-Rasheed (2010, p. 5, tradução nossa) denominou a “acomodação entre o velho e o novo”. Face ao caráter eminentemente instável e cambiável de identidades advogado por Hall (1994, 1996), a similaridade das narrativas mobilizadas pelos clérigos wahhabitas é contraposta pelas suas diferenças em relação aos discursos contestadores de sua autoridade, como os de grupos sunitas não-wahhabis, xiitas e de outras religiões, caracterizados como “outros” pelo discurso oficial saudita (COMMINS, 2006).

No âmbito do presente trabalho, o foco recai sobre a construção e mobilização de discursos de ameaça sobre o regime iraniano geradas durante a formação da identidade defendida pela família al-Saud e do Estado em seu nome. Mais do que recorrer a uma perspectiva essencialista que caracteriza a ameaça do sujeito iraniano como mero produto da interpretação wahhabita, reafirmando um binarismo sectário maniqueísta, adota-se a concepção de segurança autorreferencial e performativa de Huysmans (1998), a partir da qual são evidenciados o contexto e significados securitários construídos frente à ascensão da República Islâmica. Narrativas de ameaça são articuladas quando há uma necessidade de diferenciação (ou imposição de limites identitários) entre os discursos saudita e iraniano, especialmente após a revolução de 1979 (DARWICH, 2014).

Este capítulo se estrutura em duas seções. A primeira trata do processo histórico de formação do Estado saudita com enfoque nos elementos que integram a identidade do regime dos al-Saud a fim de demonstrar sob quais bases é construída a sua percepção de ameaças. Posteriormente, versa-se sobre a construção da ameaça iraniana, discutindo a articulação de políticas sectárias como formas de afirmação externa e interna da legitimidade dos al-Saud, sua relação com processos de readequação e reenquadramento da identidade do regime e o caráter ontológico que segurança assumiu nesse contexto conflitivo.

3.1 O QUE SIGNIFICA SER “SAUDITA”? ORIGENS E FUNDAMENTOS DA IDENTIDADE AL-SAUD

O primeiro rei do Reino da Arábia Saudita, Abdul-Aziz ibn Saud (Ibn Saud), declarou, com referência ao esforço depreendido em prol da união das diversas tribos da Península Arábica, que “se quisermos atingir nossa unidade, a unidade de nossas vozes, e nos proteger, há somente uma coisa que podemos reunir: o livro de Deus [Corão] e as tradições do Profeta

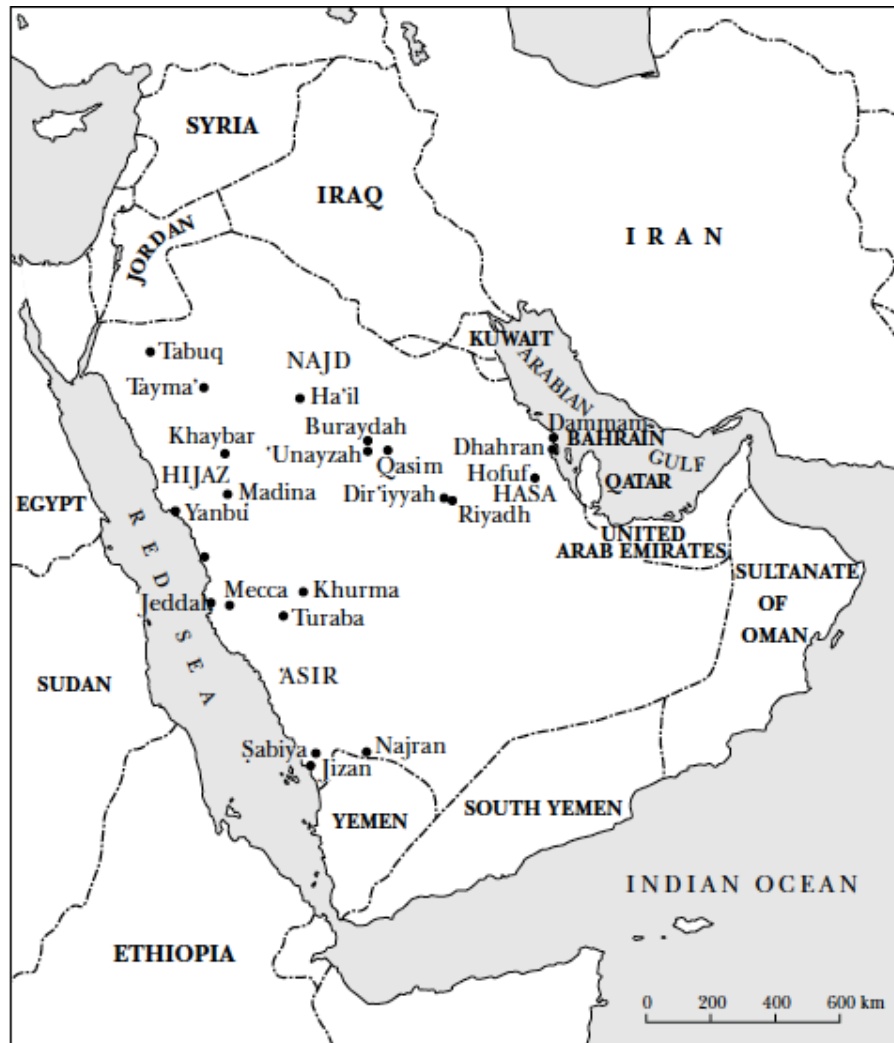
[Hadith]” (HOUSE..., 2005, cap. 2, tradução nossa). Embora situado no contexto de consolidação do Estado saudita dos anos 30, a atualidade de tal excerto é marcante. Em 2005, o então Príncipe Herdeiro Abdullah bin Abdul-Aziz al-Saud, que se tornou rei no mesmo ano, expôs que a “[...] legitimidade [do regime saudita] vem da ideologia islâmica e do glorioso Corão” (BITTER..., 2018, cap. 2, tradução nossa). A partir desses excertos, verifica-se a constância da religião islâmica como fator de particular importância e significado para a construção e manutenção da identidade e Estado sauditas.

O atual Reino da Arábia Saudita é concebido como a terceira tentativa de organização política da família al-Saud e suas contrapartes da elite clerical wahhabita. A barganha fundadora entre esses dois lados remete a 1744, quando Muhammad ibn Saud firmou um acordo com Muhammad ibn Abd al-Wahhab, pregador de uma interpretação conservadora islâmica que havia sido exilado devido à aplicação de suas práticas religiosas no oásis de Uyaynah, tidas como radicais e heréticas. Previamente a seu acordo com al-Wahhab, Muhammad ibn Saud era um chefe local que baseava sua autoridade na coleta de tributos de residentes do povoado de Dir’iyyah e em sua proteção contra outras tribos e emires da região. Como emir do povoado de Dir’iyyah, na região do Najd (ver Figura 1), sem origens tribais significantes e influência sobre outros territórios, Saud concordou em promover a *jihad* (guerra santa)⁹ contra pessoas de outras religiões e seitas islâmicas senão a professada por al-Wahhab, o qual lhe garantiu autoridade política sobre o território a ser conquistado (AL-RASHEED, 2010).

O primeiro emirado saudita, centrado em Dir’iyyah, se estabeleceu nas regiões do Najd, Asir, Hasa e Hijaz na base de contínuo expansionismo, invasões e saques, chegando até cidades da Síria e do Iraque entre 1744 e 1818. O rompimento de tradições locais e a subsequente submissão das populações dominadas ao wahhabismo geraram crescente insatisfação nos povoados e cidades sob controle saudita-wahhabita, o que, aliado ao apoio otomano ao egípcio Muhammad Ali como forma de contenção dos avanços político-religiosos das duas dinastias, contribuiu para a queda do primeiro “Estado”. O segundo emirado construído pela família al-Saud perdurou durante o período de 1824 e 1891 nas partes central e oriental da Arábia, posicionando-se em torno da cidade de Riade. Seu arrefecimento ocorreu devido a disputas políticas internas entre membros da dinastia governante e fortalecimento do emirado Rashidi, que veio a contestar os domínios sauditas (WYNBRANDT, 2010).

⁹ Apesar de sua evocação por muçulmanos ser usualmente associada a movimentos baseados na propagação da violência, o conceito de *jihad* apresenta múltiplos significados. Remetendo à época de ascensão do Profeta Maomé, “*jihad* [...] não refere meramente ao esforço externo contra inimigos do islã e idólatras, mas também ao esforço interno contra a tentação e o mal (*nafs*) a fim de se tornar um melhor muçulmano” (BAKIRCIOGLU, 2010, p. 424, tradução nossa). Da mesma forma, a “guerra santa” violenta e expansionista não implica uma característica civilizatória imanente à religião islâmica e deve ser compreendida nos contextos em que é mobilizada, sendo sua interpretação e significado circunstanciais (BAKIRCIOGLU, 2010).

Figura 1 — Mapa das principais cidades e regiões da Arábia Saudita



Fonte: Al-Rasheed (2010, p. xxiii)

Embora sob condições diversas, o cerne do pacto político-religioso se manteve durante a construção do Estado saudita, ocupando posição central como fonte de legitimidade real. Houve a união das tribos do Najd, Hasa, Asir e Hijaz em 1932 sob a premissa de mútua concordância religiosa ao se ter uma herança de expansionismo e influência dos ensinamentos wahhabitas na península, os quais criaram um senso de identificação mútua entre as populações locais, ainda que frágil e imposto. Além disso, a dinastia al-Saud, personificada, nessa época, na figura de Ibn Saud, mobilizou uma narrativa biográfica que assumia o seu domínio das regiões como direito hereditário legítimo, embasado nas experiências dos primeiro e segundo emirados de sua família dos dois séculos passados, cujas autoridades deviam ser retomadas (AL-RASHEED, 2010). Tal prática discursiva, fortalecendo-se via a anuência e o auxílio financeiro britânicos e o consentimento otomano perante às conquistas sauditas do início do

século XX, criou um contexto para a significação do ente político que então se formava e, assim, para a criação do Reino da Arábia Saudita. Sendo o recém-constituído Estado resultante de um violento processo de dominação de outros territórios e populações empreendido sob os auspícios da classe wahhabita, a família real moldava as bases de sua legitimidade e suas condições de manutenção por meio de uma sistemática construção identitária, a qual, por sua vez, também erigia o escopo de atuação dos al-Saud ao exercer um papel performático e contínuo. Desse modo, gradualmente se instituíam laços de identificação social e distinção perante agentes externos, necessários para a sustentação do regime nos âmbitos doméstico e internacional (DARWICH, 2014).

A imbricação dos ideais wahhabitas com a imagem promovida pelos al-Saud implicou na formação de uma identidade híbrida, sendo constantemente reinventada em termos religiosos e nacionais, tradicionais e modernos. Conforme Nevo (1998, p. 40, tradução nossa, grifo do autor),

wahhabismo, como o cenário histórico indica, não tem sido somente um movimento de reforma militante fundamentalista, caracterizado pela imposição impiedosa de suas doutrinas sobre a população geral por discípulos entusiásticos. Também tem sido uma *religião estatal*, nomeadamente, o Islã tem sido aplicado para defender o Estado e seus recursos e salvaguardar seus interesses, assim como aqueles da dinastia governante.

Essa caracterização faz o Estado saudita assumir o papel de protetor e guardião do islã e sua herança islâmica, o que confirma a religiosidade da legitimidade da família al-Saud. Apesar de se advogar em favor de uma perspectiva particular islâmica proveniente da Península Arábica (wahhabismo), promove-se uma identidade de caráter transnacional e generalista (a religião islâmica), a qual corresponde a mecanismos de mobilização e reformulação de discursos que fogem do controle do regime, pois “muçulmanos não se apoiam mais somente em autoridades religiosas para entender e atribuir sentido a sua religião” (ISMAIL, 2004, p. 625, tradução nossa). A contínua redefinição da religião e suas relações com sociedade e política é suprimida pela classe clerical wahhabita por esta exercer um monopólio sobre a narrativa religiosa oficial, respondendo somente à autoridade real, o que torna tal processo dependente da abertura a revisões dos tomadores de decisão al-Saud (AL-RASHEED, 2015).

Historicamente, forças contestadoras de tal exclusividade emergiram ao passo que a monarquia conservadora foi se integrando aos mercados e sistemas internacionais, gerando, em certas situações, embates entre membros da família real, a elite religiosa e setores da população. Reflexos destes vão desde reivindicações contrárias à introdução de televisões e à presença de

militares estadunidenses no país durante o reinado de Faysal ibn Abdul-Aziz al-Saud¹⁰ (1964-1975), culminando na tomada da Grande Mesquita de Meca pelo radical Juhayman al-Otaibi em 1979, mulheres dirigindo carros em Riade em 1990, prática então proibida por lei, a pregação da violência como meio contestador da monarquia por grupos jihadistas pós-11/09 até o mais recente surgimento de setores moderados reformistas (AL-RASHEED, 2010, 2015; ULRICHSEN, 2011).

Apesar de a relação dos setores conservadores wahhabitas com alas modernizadoras nacionais ser conturbada e sugerir posições diametralmente opostas entre os dois lados, a caracterização e manutenção do wahhabismo como fator relevante para a identidade e legitimidade do regime saudita somente se deu em meio a mudanças trazidas pela urbanização e modernização. Madawi Al-Rasheed (2007, p. 254, tradução nossa) advoga que

em vez de ser uma tradição oposta à modernidade, wahhabismo floresceu e seus defensores prosperaram como resultado da imersão da Arábia Saudita na modernidade. Wahhabismo se tornou um discurso dominante devido ao patrocínio estatal, ao petróleo e à modernidade. Contudo, os mesmos fatores que o consolidaram levaram a sua contestação. Isso resultou na emergência de múltiplos discursos wahhabitas, todos construídos sob a herança de controle estatal.

No âmbito popular, ativistas e estudiosos islâmicos reveem as premissas da elite religiosa tradicional ao as reconsiderar face a demandas de sociedades modernas, criando uma interface interpretativa entre fundamentos básicos do Corão e da Hadith¹¹ e questões historicamente contenciosas no contexto saudita como democracia, direitos humanos e repressão. Esse processo de moldagem e remoldagem de discursos e narrativas salafistas (wahhabitas) com elementos seculares, chamado por Al-Rasheed (2015, p. 4, tradução nossa) de “políticas divinas”, desestrutura e questiona a detenção exclusiva das discussões sobre o islã e seu papel político-social pela classe originária da dinastia de al-Wahhab (os al-Sheikh), o que, por seu turno, impacta a legitimidade e identidade do regime, visto a íntima relação daquela com a família al-Saud (AL-RASHEED, 2015).

Ao contrário do ocorrido em outros países do Golfo Pérsico, tais como Catar, Emirados Árabes Unidos e Kuwait, e em regiões mais cosmopolitas da Arábia Saudita, como Hijaz e Hasa, a família governante saudita não se originou de grandes tribos da Arábia (AL-RASHEED, 2010; PETERSON, 2003, 2018). Sua gênese na periferia de grandes organizações tribais

¹⁰ As reformas modernizantes realizadas pelo rei Faysal bin Abdul-Aziz al-Saud mobilizaram forças de oposição não somente na classe wahhabita e em setores mais conservadores da população, mas na própria dinastia al-Saud. Príncipes participaram de protestos, e, em 1975, um de seus sobrinhos, príncipe Faysal ibn Musa'id ibn Abdul-Aziz, assassinou o monarca saudita, *backfiring* suas tentativas de reforma (AL-RASHEED, 2010).

¹¹ Hadith diz respeito ao “registro das tradições e provérbios do Profeta Maomé”, perpetuadas por seus seguidores e discípulos e que servem como uma das principais bases jurídicas e morais islâmicas (CRAGG, 2017, tradução nossa).

atribuiu um papel mediador a sua liderança que contribuiu para a consolidação do regime, mantendo grupos de diferentes matizes (sedentários, urbanos, nômades, beduínos) unidos mesmo após sua subjugação inicial, a qual se deu via um expansionismo sustentado pela coroa britânica, uma forte narrativa de irredentismo religioso e uma política de formação de alianças matrimoniais entre Ibn Saud e mulheres das maiores tribos regionais. Assim, a família al-Saud conciliou as amplas diferenças tribais presentes em seu reino, especialmente entre as três regiões principais, Hasa, Hijaz e Najd, em prol da sustentação de autoridade sobre seu território, o que, entretanto, beneficiou a identificação do regime com suas comunidades de origem, sedentárias da Arábia Central, mas não a ponto de influir significativamente em sua formação identitária (AL-RASHEED, 2010; PETERSON, 2003).

Enquanto que, inicialmente, o estabelecimento do Estado saudita derivou de mecanismos informais de caráter social e cultural específicos da Península Arábica, tais como festas e eventos realizados pela corte real para distribuir seus escassos recursos, a descoberta de petróleo em Dammam (Província Oriental) em 1938 exerceu uma função simultânea aglutinadora e disruptiva nos atores nacionais e suas interações. Após a concessão dos direitos de exploração dos recém-fundados campos à companhia estadunidense ARAMCO (*Arabian American Oil Company*) e a relativa e curta pacificação dos trabalhadores locais em 1953, sujeitos a condições segregatórias de trabalho, os imensos lucros derivados do setor petrolífero saudita intensificaram e contribuíram para a sofisticação institucional do aparato estatal. Com um maior controle do Estado sobre comunidades que até então se organizavam de maneira isolada e conservavam tradições tribais como cerne de sua manutenção social, foi possível iniciar uma integração econômica-administrativa no território saudita, contribuindo para um maior provimento de serviços e a centralização política do governo em Riade (COMMINS, 2012).

O crescente contato com influências e culturas externas propiciado pela indústria petrolífera gerou transformações nas forças internas que davam base para a dinastia al-Saud e a identidade de seu regime. No âmbito religioso, conforme já demonstrado, houve a emergência de discursos contestadores da narrativa oficial wahhabita, indo desde setores moderados de ativistas e intelectuais com ensejos reformistas até violentos jihadistas (AL-RASHEED, 2007, 2015). No tribal, a distribuição desigual das receitas de petróleo estratificou as variadas regiões e tribos, integrando aquelas com maiores características sedentárias e urbanas e excluindo as historicamente dissidentes, como as xiitas de Hasa (AL-RASHEED, 2010; PETERSON, 2003; ULRICHSEN, 2011). Nesse sentido, a tribo assume um papel reforçador da legitimidade do regime por constituir uma importância genealógica e social que reafirma a dinastia como habitantes e governantes nativos de seu território. Simultaneamente, ela manifesta um caráter

divisório, pois, ao terem seu protagonismo político reduzido durante a formação do Estado saudita, tribos dissidentes se tornaram um fator de possível desunião e, dada a sua diversidade na Península Arábica, uma ameaça à autoridade estatal. Dessa forma, há uma apropriação seletiva de elementos tribais pela família al-Saud a fim de construir discursos que a diferenciem das outras dinastias do Golfo Pérsico, processo que implica no enfraquecimento das tribos da região como atores políticos relevantes, visto que sua variedade identitária constitui um aspecto desagregador aos olhos da monarquia (AL-KUWARI, 2018; HERTOOG, 2018; PETERSON, 2018).

É interessante considerar os diferentes meios utilizados pela dinastia al-Saud para lidar com movimentos de oposição tribal e religiosa como indicadores dos variados graus de importância entre tribo e religião na construção da identidade do regime saudita. Enquanto a elite governante prioriza a preservação das afiliações tribais por meio do emprego contido de violência como contenção de opositores, a repressão excessiva contra comunidades xiitas e outras dissidências religiosas é prática comum, exercida em contextos de contestação da narrativa religiosa estatal e a legitimidade do regime. Depreende-se desses variados tratamentos que a identidade saudita depende da manutenção de seu discurso wahhabita de maneira mais profunda do que de sua herança tribal, sendo a monarquia mais ameaçada por forças religiosas contestatórias (AL-RASHEED; AL-RASHEED, 1996).

Apesar de os sauditas se considerarem árabes, a mobilização de componentes de tal estirpe não ocorreu de maneira intensiva na construção da identidade de seu regime governante. O nacionalismo árabe promovido por Nasser tornava as monarquias do Golfo reflexos do neocolonialismo, além de desafiar a identidade islâmica saudita, que, conforme livros do sistema educativo nacional, dirigido pela classe clerical wahhabita, via suas iniciativas transnacionais como “uma ideologia secular direcionada contra o islã” (NEVO, 1998, p. 46, tradução nossa). Similarmente, não havia um sentimento de solidariedade entre os árabes peninsulares com os extrarregionais, pois seu pertencimento e união derivavam mais de afiliações tribais características da Península Arábica e do Golfo Pérsico (COMMINS, 2012). Há a emergência por parte de tais populações de uma identidade que assimile a diversidade de nacionalidades, origens e heranças historicamente presentes no Golfo, com raízes persas, árabes, asiáticas e europeias, agrupando-as sob um caráter *khaleeji* (do árabe *khaleej*, Golfo), o qual, contudo, não é articulado pela família al-Saud devido ao conservadorismo e temor de desestruturação de sua narrativa religiosa ao diversificar suas bases identitárias (AL-RASHEED, 2010; BEEMAN, 2009).

Com a chegada do século XXI, reformas foram propostas e empreendidas em certos âmbitos do reino saudita. No setor econômico, há uma crescente busca por diversificação dos

setores econômicos nacionais para reduzir sua dependência das receitas do energético, enquanto, no governamental, formaram-se meios de comunicação e debate entre o regime e seus variados grupos populacionais a fim de delimitar conjuntamente os rumos que o país está tomando e sua estrutura política (KRANE, 2019; WEHREY, 2014). Em face de uma onda de radicalismo interno, resultando em uma série de choques entre militantes islâmicos e o aparato securitário saudita, e de escrutínio internacional após ser comprovada a participação de cidadãos sauditas nos ataques do 11 de setembro nos Estados Unidos, a dinastia al-Saud teve que repensar sua relação com os clérigos wahhabitas e a influência de sua visão no âmbito nacional (COMMINS, 2006).

Expoentes dessa reavaliação da monarquia foram os Diálogos Nacionais em 2003 e 2004, fóruns criados pela família real que reuniram wahhabitas, xiitas, sufistas e sunitas não-wahhabitas a fim de discutir tópicos como terrorismo, educação e direitos das mulheres, estabelecendo recomendações que foram enviadas ao rei Fahd ibn Abdul-Aziz al-Saud (COMMINS, 2006). Ao congregar esses grupos, têm-se que a dinastia reconheceu a diversidade religiosa existente no reino. Embora essas reuniões terem sido majoritariamente resultantes de uma necessidade de resposta às críticas internacionais e de rever o impacto da ideologia wahhabita sobre sua população, visto que sua visão excludente e conservadora motivava extremismo e violência, elas indicaram um maior distanciamento e autonomia da dinastia em relação a sua elite religiosa, não significando, contudo, qualquer sinal de reforma política (AL-RASHEED, 2010). A promoção de um nacionalismo emergente via medidas como a criação de um Dia Nacional em 2005 foi reforçada com a ascensão de Mohammed bin Salman (MbS) à posição de governante *de facto*, afirmando que “sauditas não querem perder sua identidade, mas querem[os] ser parte da cultura global [...], fundir [nossa] cultura com a identidade global” (GOLDBERG, 2018, tradução nossa; ENGLAND; OMRAN, 2019). Assim, situada em um contexto de intensiva integração internacional e reformas modernizantes, a dinastia al-Saud, agora encabeçada pela primeira vez por um membro da terceira geração de Ibn Saud, MbS, transforma os impasses e a sua acomodação entre alas mais conservadoras, resistentes a mudanças estruturais, e demandas de classes mais jovens e globalizadas, as quais veem um novo arranjo interno como essencial para a sustentação do regime.

Não há consenso sobre o que significa ser “saudita”, visto que a construção de tal sujeito pela elite governante provém da mobilização de bases supra e subnacionais, como o islã e a herança tribal da monarquia de tribo local do Najd, as quais, do modo em que são postas, não assumem a diversidade de narrativas existentes no país. A contínua tentativa dos al-Saud de promover um caráter distintivo por meio da adoção de uma identidade restrita islâmica pautada no wahhabismo e com matizes tribal-genealógicos se provou um ponto de fragilidade, tendo

criado um contexto de dissidência e contestação internas e externas. Gradualmente, o regime vem incorporando fatores desvinculados ou, às vezes, até contrários dos discursos construídos sobre si durante o século XX, apesar de manter sua legitimidade fundamentada em uma forte característica religiosa. A dependência identitária saudita de uma narrativa religiosa restringe a emergência de uma identidade nacional que se adeque às novas demandas de um Reino da Arábia Saudita moderno e internacionalizado, processo que é incentivado com ressalvas e promessas de Mohammed bin Salman. A percepção de ameaças do regime, sendo uma instância dos limites erigidos durante a sua formação identitária, deriva da articulação dessas diferentes ordens de fatores, com foco especial na wahhabita, a qual é reenquadrada em prol de discursos que sejam condizentes com a sustentação da monarquia no formato atual e suas políticas. Discursos anti-iranianos e a subsequente caracterização do regime em Teerã em termos securitários, embora apresentem aspectos sectários, também são formados em contextos específicos de estruturação da identidade promovida pela dinastia al-Saud, reflexos de esforços de distinção identitária, sejam em âmbitos religiosos ou nacionais (DARWICH, 2014).

3.2 A SIGNIFICAÇÃO SECURITÁRIA DA REPÚBLICA ISLÂMICA NO CONTEXTO SAUDITA

A construção do regime iraniano como uma ameaça por parte da elite governante saudita se dá a partir de uma série de fatores de diferentes ordens, dependentes do contexto em que são mobilizados como discursos e narrativas securitárias. Desde a Revolução Iraniana de 1979, narrativas fundacionais que contrapõem os dois atores são articuladas, seja via mecanismos sectários formados a partir do binário xiismo-sunismo, seja via uma separação étnica-civilizacional que marginaliza os vários anos em que as civilizações árabe e persa conviveram cordialmente (ADIB-MOGHADDAM, 2007). Há uma política identitária por parte saudita que subjetiva o regime iraniano e suas instâncias persa e xiita em termos securitários, evocando relações de medo e ameaça ou, no léxico de Huysmans (1998), ordenando o convívio social em um modo particular de sobrevivência do agente em questão. Esse ordenamento, ao se expressar politicamente, buscou suprir um senso de insegurança ontológica criado pela similaridade entre as identidades dos dois regimes como patronos do mundo islâmico no período pós-1979, impondo um processo de readequação identitária que distinguiu e *estabilizou* a imagem da família al-Saud sobre si e, assim, atribuiu agência a seu sujeito perante outros atores internacionais (DARWICH, 2014).

A narrativa wahhabita fortalece um contexto maniqueísta, que se baseia em características próprias dessa interpretação religiosa. Desde sua fundação e promoção na

Península Arábica por Ibn Abd al-Wahhab e seus correligionários no século XVIII, o wahhabismo apresenta como premissa fundamental a crença em um único Deus (*tawhid*), mas implicando na desqualificação de alguém que não professe sua fé de maneira exclusiva e em todas as esferas de sua vida como muçulmano. Essa pessoa, segundo os clérigos wahhabitas, desvia sua adoração para outras divindades ou personalidades além de Deus, contrariando a *tawhid* e a colocando fora do escopo da religião islâmica, mesmo que ela somente siga outra vertente sunita ou xiita. Xiitas são tidos como “descrentes” e “politeístas”, contra os quais a *jihad* deve ser empregada (COMMINS, 2006). Dessa forma, cria-se um discurso ambivalente ao limitar todos os atores de determinado contexto em nuances de amigos ou inimigos (*with me or against me*), contribuindo para a criação de binarismos ideológicos e a ascensão de políticas sectárias.

Historicamente, a dinastia al-Saud lida com pressões dos clérigos wahhabitas em relação à população xiita residente em Hasa, que deveria deixar de existir ou ser convertida a sua interpretação islâmica segundo seus princípios, intenções a monarquia detém a fim de preservar a sua preterida coesão social (COLE, 2002). Há a percepção de que os xiitas sauditas servem aos interesses do regime iraniano, o qual os estaria manipulando em prol de seus interesses próprios e da queda dos al-Saud. Essa correlação narrativa se acentua em momentos de crise e choques do grupo com o reino, quando a lealdade desse ao regime saudita e a legitimidade real são colocadas em xeque, como durante as manifestações em Qatif no período da Primavera Árabe (KEYNOUSH, 2016). Assim, embora fatores sectários, geradores de insegurança entre as partes, estejam presentes na narrativa religiosa que baseia a identidade dos al-Saud, sua manifestação somente se dá via discursos exacerbadores de diferenças identitárias, evocados em contextos e âmbitos significantes diversos.

As significações atribuídas ao Estado iraniano pela elite governante saudita não passaram sempre por termos securitários, produtores de relações de ameaça, medo e segurança, tendo os dois países convivido em relativa estabilidade durante parte do século XX (AL-BADI, 2017). Suas relações, inicialmente, foram pautadas em questões relacionadas à peregrinação anual a Meca e Medina (*hajj*) e à segurança de peregrinos iranianos e seus ritos em território saudita, as quais, a partir da intensificação do relacionamento com os Estados Unidos de ambos os regimes no pós-Segunda Guerra Mundial, desenvolveram-se em âmbito e profundidade (KEYNOUSH, 2016). A política dos “pilares gêmeos” de Richard Nixon estabeleceu que tanto a Arábia Saudita quanto o Irã serviriam de base para a estabilidade regional no Golfo Pérsico, atuando para a manutenção contínua de seus fluxos de petróleo por meio da sofisticação de suas tecnologias militares e seus exércitos propiciada pelo apoio estadunidense. Teve-se um período relativamente estável entre 1968 e 1978, o qual, entretanto, encobria a promoção de identidades

excludentes entre o xá Reza Pahlavi e seu nacionalismo persa e o ideal nacional árabe promovido por Saddam Hussein e o partido Baath, que continha um forte teor anti-iraniano, exercendo certa influência sobre as posições da dinastia saudita, apesar de sua resistência ao projeto nacionalista árabe, e reificando limites identitários entre árabes e persas (ADIB-MOGHADDAM, 2006). Conforme Adib-Moghaddam (2006, p. 20, tradução nossa),

O processo de construção da identidade estatal [iraniana e saudita] projetou lealdades transnacionais excludentes no relativamente estável sistema regional, inibindo esforços de traduzir o relativamente cooperativo *modus operandi* em uma arquitetura de segurança viável. A fim de inventar identidades estatais proeminentes, diferenças foram acentuadas e similaridades subestimadas, endurecendo categorizações de si próprio-outro [*Self-Other*] entre iranianos e árabes.

Nesse sentido, a permanência de relações de limitada cooperação e cordialidade entre o regime do xá Reza Pahlavi e, na época, o dos reis Faysal ibn Abdul-Aziz al-Saud (até 1975) e Khalid ibn Abdul-Aziz al-Saud (a partir de 1975) foi contraposta por forças de diferenciação derivadas de seus próprios processos de construção identitária, nos quais fatores étnico-raciais tomaram precedência. Enquanto a monarquia Pahlavi articulava uma narrativa que acentuava suas superioridade “ariana” e herança indo-europeia, distanciando o Irã de seu caráter islâmico ao se valer de discursos racistas em prol da valorização da história persa pré-muçulmana, nacionalistas árabes advogavam a primazia de sua nação e o islã como um âmbito e prerrogativa essencialmente árabe, marginalizando e excluindo populações não-árabes de seus significados (ADIB-MOGHADDAM, 2006). Esse conteúdo anti-iraniano foi particularmente forte no contexto iraquiano de Saddam Hussein, o qual construiu uma narrativa que caracterizava a “inimizade árabe-persa” como um perene embate étnico-civilizacional, servindo como discurso que embasou seus avanços na guerra Irã-Iraque, mesmo com o nacionalismo persa-iraniano em decadência com o advento da República Islâmica (ADIB-MOGHADDAM, 2007).

Em 1979, a revolução que tomou as ruas de Teerã e transformou a monarquia em república islâmica alterou tais sistemas ideacionais, as relações entre os dois Estados e suas percepções. Inicialmente recebido com bons olhos por membros da dinastia al-Saud devido a suas credências islâmicas e à premissa de que era restrita a eventos internos iranianos, o caráter revolucionário começou a manifestar seus ensejos transnacionais e contestatórios dos reinos do Golfo Pérsico, em especial o regime saudita, vistos como “não-islâmicos” pela classe xiita liderada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini (AL-BADI, 2017). A retórica khomeinista pregava abertamente que “a família al-Saud não é digna de estar encarregada de assuntos do *hadjj* e da Caaba”, chamando-os de “traidores das duas mesquitas sagradas” e indicando a necessidade de uma mudança no governo saudita (KHOMEINI, 1987, tradução nossa). Tal discurso se alinhava às premissas expostas na nova constituição iraniana (1979), cujos Princípios 11, 152 e 154

previam, respectivamente, que a República Islâmica devia basear suas ações na busca da união política, econômica e cultural das nações islâmicas e sua política externa na defesa dos direitos de todos os muçulmanos e na proteção “das lutas dos fracos contra os arrogantes em qualquer parte do mundo” (RAMAZANI, 1980, p. 202, tradução nossa). Embora esses artigos apresentem um teor majoritariamente contraditório e generalista, seus apelos foram interpretados pelos dirigentes sauditas como a justificativa legal para a exportação da revolução, instituindo relações de ameaça ao serem analisadas com os ataques retóricos de Khomeini à dinastia e monarquia sauditas (KEYNOUSH, 2016).

O recém-instituído regime iraniano rompeu a relativa estabilidade regional do período pré-revolucionário ao construir uma identidade própria fundamentada em preceitos islâmicos imbuídos em um léxico anti-imperialista e de independência nacional (ADIB-MOGHADDAM, 2006). O conceito de “ocidentoxicação” (*Westoxification, Weststruckness, Occidentosis*, do original persa *Gharbzadegi*), desenvolvido por Jalal Al-i Ahmad (1984), capturava tais significados ao atribuir às práticas do “Ocidente”, influentes como “doenças tóxicas”¹², a corrupção da cultura iraniana. A fim de se “curar” dessa moléstia que impedia seu avanço civilizacional, seria necessário que os iranianos fortificassem sua autenticidade identitária por meio de um retorno a sua herança islâmica, único aspecto remanescente frente à alienação generalizada derivada do contato ocidental (AHMAD, 1984). Dessa forma, a República Islâmica teve sua busca por autonomia e singularidade ideacionais imbricada em termos anti-ocidentais, “anti-ocidentoxicação”, os quais implicavam uma posição externa revolucionária e marcadamente oposta aos ditames do sistema westfaliano de Estados-nação e, assim, ao regime saudita e sua íntima relação com os Estados Unidos (ADIB-MOGHADDAM, 2006).

Esse novo embasamento identitário por parte da elite governante clerical iraniana se efetivou, no que concerne a dinastia al-Saud, na transposição de sua ideologia “libertadora” para setores da sociedade saudita e na politização do hajj, abertamente motivada por Khomeini. Para o aiatolá (KHOMEINI, 2010, p. 31-2, tradução nossa),

Monarquia e sucessão hereditária representam o mesmo sistema de governo sinistro e maldoso que suscitou o Senhor dos Mártires¹³ (que a paz esteja com ele) a se levantar em revolta e buscar o martírio em um esforço contra seu estabelecimento. [...] Islã,

¹² Jalal Al-i Ahmad (1984) utiliza uma linguagem patológica para explicar metaforicamente o espectro da perda cultural iraniana via influências ocidentais, caracterizando-a como uma “doença contagiosa”, “praga” e “cólera”. Conforme o autor (1984, p. 136, tradução nossa), “essa doença é a de se tornar um rinoceronte. Primeiro alguém contrai febre. Depois, a voz desse alguém se altera, torna-se grossa e áspera, e um chifre aparece em sua testa. [...] Todos a contraem, a esposa, o vendedor da esquina, o gerente do banco, o amor de alguém, e a levam para as ruas e esmagam cidade, civilização e beleza”.

¹³ No contexto revolucionário iraniano, as imagens evocadas pela luta do mártir Imã Hussein (o Senhor dos Mártires) na Batalha de Karbala (680 d.C.) assumiram um forte discurso de superação, sacrifício e enfrentamento dos oprimidos (xiitas) contra os opressores (“ocidente”), baseando a luta por autenticidade e liberdade dos ditames ocidentais em uma narrativa islâmica (ADIB-MOGHADDAM, 2006).

então, não reconhece monarquia e sucessão hereditária; elas não têm lugar no Islã. Se isso é o que é entendido como uma deficiência do Islã, então o Islã é realmente deficiente. [...] As panelinhas reinantes, portanto, que são fantoches do imperialismo e desejam promover esses vícios no mundo islâmico, irão naturalmente considerar o Islã defeituoso. Elas precisam importar as leis apropriadas da Grã-Bretanha, França, Bélgica e, mais recentemente, América. O fato de que o Islã não faz nenhuma provisão para a busca ordenada dessas atividades ilícitas, longe de ser uma deficiência, é um sinal de perfeição e uma fonte de orgulho.

Com um caráter fortemente antimonárquico, a identidade iraniana constituía uma ameaça para a dinastia al-Saud e seu reino ao deslegitimar seu reinado e suscitar levantes de forças domésticas. A materialização de tal discurso contestatório se deu em uma série de manifestações e protestos de seguidores da visão khomeinista durante suas peregrinações à Meca e Medina, culminando na morte de cerca de 400 pessoas em 1987, e em levantes populares em Qatif em 1979 e 1980 encabeçados por sauditas xiitas insatisfeitos com sua condição marginalizada, aspecto que mobilizou grupos de outras vertentes islâmicas e ideologias que também se identificavam como oprimidos (RUBIN, 2014). Dessa forma, “o regime [iraniano] projetou poder ideacional por meio de símbolos culturalmente ressonantes que poderiam desestabilizar os regimes visados” (RUBIN, 2014, p. 59, tradução nossa).

Apesar da revolução islâmica ter articulado elementos significativamente diferenciados dos elencados na construção identitária promovida pela dinastia Pahlavi, acentuando diferenças já existentes entre os sujeitos saudita e iraniano, como as relacionadas a suas interpretações islâmicas, e criando novos pontos de ruptura, como a posição revisionista e anti-imperialista do novo regime, segurança assumiu um significado ontologicamente construído de similaridade no contexto saudita (DARWICH, 2014). Relações de medo e ameaça foram constituídas quando a dinastia al-Saud teve sua identidade própria contestada pela fundamentação e apelo islâmicos da república fundada por Khomeini e seus correligionários, obscurecendo os limites identitários previamente erigidos entre os dois atores e, assim, fortalecendo um senso de insegurança ontológica pela elite governante do reino. Em contraponto à identidade iraniana, imaginada em diversas instâncias de significados continuamente articuláveis e reformulados (nacionalismo persa, xiismo, anti-imperialismo...), a saudita apresentava como ponto basilar e distintivo seu cunho universalista islâmico, o qual, embora não imutável, limitava a agência da família real a um papel de defensor e pilar *único* do mundo muçulmano (CERIOLI, 2018).

Com ambos os regimes professando serem governados pelo Corão e a Sharia e assumindo identidades pan-islâmicas, situações até então restritas aos sauditas, a distinção identitária dos al-Saud foi desestabilizada, implicando na necessidade de reenquadramento de sua identidade às condições elencadas pela enunciação de segurança (DARWICH, 2014). Esse processo passou pela afirmação de discursos e narrativas sectárias, as quais valorizaram o aspecto xiita iraniano, o que era evitado por Khomeini a fim de não limitar o escopo dos ensejos

revolucionários, e fortaleceram o teor sunita-wahhabita e as visões excludentes da dinastia saudita. Dessa forma, a constituição de segurança e seus nexos subsequentes, nesse contexto de articulação identitária, reafirma a relação entre similaridade e diferença proposta por Hall (1994), a partir da qual um novo posicionamento no passado saudita (do islã para o wahhabismo) fomentou uma nova rede particular de significados e diferenciações, que, por sua vez, suprimiram uma necessidade de segurança ontológica.

A significação material da resposta saudita a esse embate identitário-ideacional proveio da formação do Conselho de Cooperação do Golfo¹⁴ em 1981, estabelecendo a proeminência político-econômica do Reino da Arábia Saudita sobre os outros países do Golfo Pérsico e o aumento de seus gastos em armamentos e tecnologia militar (AL-BADI, 2017). Contribuindo para o estabelecimento de seu caráter sunita-salafista, o fortalecimento das instituições wahhabitas doméstica e externamente se deu por meio de uma maior influência dos clérigos nas decisões da monarquia e da criação de mesquitas e escola islâmicas em outros Estados, como o Paquistão (RUBIN, 2014).

Esse processo de *reframing* da identidade do regime saudita significou a alteração (*othering*) do sujeito iraniano, o que, face aos efeitos da estabilização identitária, transformou-o no reflexo da instabilidade eminente da subjetividade saudita, suprimida na busca por segurança ontológica, mas proeminente na marginalização, estigmatização e inferiorização dos significados que o regime iraniano assumiu nesse contexto político-securitário (HUYSMANS, 1998; ROSSDALE, 2015). Conforme Huysmans (1998) preconizava, a construção da ameaça iraniana passou pela construção do próprio eu saudita, sustentando a autorreferencialidade performática de segurança ao delimitar o conjunto de sentidos e relações entre os dois atores, marcados por tons sectários.

A partir da morte de Khomeini em 1989 e da ascensão de uma ala mais moderada ao governo iraniano com as presidências de Hashemi Rafsanjani (1989-1997) e Mohammed Khatami (1997-2005), a tônica islâmico-revolucionária perdeu vigor e surgiu um pragmatismo emergente na política externa iraniana (AL-BADI, 2017; RAMAZANI, 2004). Com sua segurança ontológica, de certo modo, restabelecida via a diferenciação de sua identidade para com a iraniana, o regime saudita se viu em um contexto que favoreceu a sua aproximação com a República Islâmica, permanecendo, entretanto, eventuais choques sectários entre ambos (RUBIN, 2014). A manutenção de discursos divisórios ganhou sustentação com a narrativa do “Crescente Xiita” exposta pelo monarca jordaniano Abdullah II em 2004, que previa a

¹⁴ O Conselho de Cooperação do Golfo é uma organização criada pela Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos e Kuwait que visa estabelecer políticas econômicas, sociais, educativas conjuntas entre seus membros e, em especial, fornecer apoio securitário contra ameaças externas (AL-RASHEED, 2010).

formação de uma aliança transnacional xiita entre Irã, Iraque, Síria e Líbano (HAJI-YOUSEFI, 2009).

Esse discurso, ao instituir correlações inexistentes e altamente divisivas entre populações xiitas e sunitas transnacionais e seus respectivos regimes governantes, gerou efeitos deletérios aos atores da região, visto que instigou a ideia de atuação intensa desestabilizadora por parte iraniana nos assuntos internos de seus países vizinhos, a qual não necessariamente é verificada (HAJI-YOUSEFI, 2009). A partir dos eventos da Primavera Árabe, o sectarismo se tornou prática comum de distinção identitária e sustentação do regime saudita, valendo-se do legado discursivo da época revolucionária iraniana e servindo de resposta ao apelo iraniano de que os levantes populares estavam seguindo o exemplo da revolução islâmica, que resultaria no “despertar islâmico” (FÜRTIG, 2013, p. 5, tradução nossa). Conforme se é analisado no próximo capítulo, o caso do Bahrein exerceu particular importância para os dois regimes nesse contexto, visto as múltiplas lealdades que a dinastia al-Khalifa evoca e estabelece sobre sua população.

Para Madawi Al-Rasheed (2011, p. 513, tradução nossa),

Em resposta à Primavera Árabe, sectarismo se tornou uma estratégia contrarrevolucionária preemptiva saudita que exagera a diferença religiosa e o ódio e evita o desenvolvimento de políticas nacionais não-sectárias [...] politizando diferenças religiosas [...] [e] também criando um racha entre a maioria sunita e a minoria xiita.

Nessa lógica, o processo de *othering* do sujeito iraniano é também transpassado à população xiita residente na Província Oriental da Arábia Saudita, cuja história de vivência às margens do discurso estatal legou uma luta em prol de reconhecimento e agência. Em uma tentativa de a menosprezar, esta é comumente tida pela dinastia al-Saud como uma conspiração iraniano-xiita, o que por si só já é uma estratégia de contenção ideológica. Essa estigmatização deriva dos meios de atuação empregados inicialmente pelos xiitas sauditas, que visavam desestruturar a monarquia saudita e suas credenciais “não-islâmicas” na onda do fervor revolucionário iraniano dos anos 80. Contudo, a partir dos anos 90, tal grupo passou a exercer um ativismo mais moderado dentro dos mecanismos estatais sauditas, buscando autenticidade cultural (AL-RASHEED, 1998). Uma nova leva de manifestações e protestos ocorreram no reino a partir de 2011, os quais foram amplamente reprimidos, confirmando a política de contínuo controle da população xiita e afirmação de autoridade empreendida pelo regime saudita (AL-RASHEED, 2011).

A ascensão de Mohammed bin Salman ao alto escalão decisório da monarquia significou o acirramento das relações já conturbadas com Hassan Rouhani e a República

Islâmica. O jovem príncipe integrou o “regime iraniano e sua ideologia extremista xiita” ao que chama de “triângulo do mal”, ao lado da Irmandade Muçulmana e terroristas, e qualificou o Líder Supremo iraniano, Ali Khamenei, de o “Hitler do Oriente Médio” (GOLDBERG, 2018, tradução nossa). Mobilizado por uma necessidade de estabilidade doméstica para empreender seus planos desenvolvimentistas, MbS promoveu um caráter ainda mais sectário do que anteriormente à ameaça iraniana, invocando narrativas e mitos fundacionais relacionados a um imane expansionismo persa e um plano conspiratório xiita direcionado para a “dominação mundial” (AL-RASHEED, 2018; GOLDBERG, 2018). Assim, sua construção securitária deriva do fortalecimento de limites identitários entre as duas partes, o que já vinha ocorrendo por meio de trocas retóricas anteriormente, mas que agora assume um caráter novo ao considerar a alta percepção de uma fragilidade doméstica saudita e o recente maior papel regional do regime iraniano, os quais, para Mohammed bin Salman, devem ser suprimidos via o fortalecimento ideacional do regime saudita. Esse, por seu turno, ocorre por meio da exaltação de binarismos étnico-sectários, servindo à ontologia de ameaça de “si próprio-outro” (*self-other*), o que, em última instância, repercute internamente nas relações da dinastia al-Saud com seu próprio “outro” nacional, os xiitas da Província Oriental.

4 UM REGIME COM UM TEMOR EXISTENCIAL: O SECTARISMO IDENTITÁRIO BAHREINI E AS REIVINDICAÇÕES IRANIANAS

O Reino do Bahrein é constituído por um pequeno arquipélago no Golfo Pérsico, cuja população compreende uma diversidade de etnias, nacionalidades e religiões devido ao caráter transnacional e cosmopolita herdado de sua história como localidade portuária e comercial. Divergindo da identidade mobilizada pelos al-Saud, marcada por um caráter conservador, a família reinante bahreinita, os al-Khalifa, articula uma identidade nacional que simultaneamente valoriza elementos próprios de sua história sócio-política, como suas heranças tribal e civilizacional, e fatores modernos globalizantes. Esse sincretismo integra um esforço de distinção perante as outras monarquias da região, em especial as dos Emirados Árabes Unidos e do Catar, cujas identidades modernizantes competem com a narrativa de centro financeiro e comercial promovida pela família real (DAYARATNE, 2012).

Cerca de metade do pouco mais de 1,44 milhões de habitantes do conjunto de ilhas consiste de trabalhadores estrangeiros, o que conforma o país à tendência de outros da região costeira¹⁵ (USCIRF, 2019). Embora se caracterize como um “Estado islâmico árabe” e tenha o islã como religião oficial seguida por 70% de sua população, o Bahrein demonstra relativa variedade religiosa se comparado a seus vizinhos, reconhecendo diversas interpretações do cristianismo, judaísmo, hinduísmo, budismo, o que, entretanto, não impede que agentes estatais incorram em práticas intolerantes e discricionárias¹⁶ (BAHRAIN, 2002, p. 4, tradução nossa; USCIRF, 2019). De particular importância político-social, revela-se a divisão entre xiitas e sunitas. Os primeiros, em contraponto à maioria das sociedades muçulmanas, compõem a maioria demográfica com 60%, ao passo que os segundos determinam a minoria com 40% e são a corrente seguida pela família real (USCIRF, 2019).

O território bahreini foi dominado por diversos atores regionais e extrarregionais até sua constituição como Estado independente em 1971, servindo como área de influência ou/e soberania portuguesa, iraniana/persa, britânica, árabe e, mais recentemente, estadunidense. O

¹⁵ Em países como os Emirados Árabes Unidos e o Catar, as taxas de imigrantes chegam a, respectivamente, 88% e 75%, índices que marcam seus contextos domésticos ao se ter pressões em prol de reformas trabalhistas (ESCWA; IOM, 2018). Há uma grande segregação entre os regimes trabalhistas de estrangeiros, constituídos de sistemas de patrocínio (*kafala*) que, em muitos casos, apresentam condições de trabalho similares à escravidão, e os de nacionais, profundamente beneficiados com vários direitos (AL-GHANIM, 2015). A maior parte desses trabalhadores migrantes provém de países do sul asiático, especialmente de Bangladesh, Índia e Paquistão (ESCWA; IOM, 2018).

¹⁶ A constituição do Bahrein de 2002 (BAHRAIN, 2002, p. 12, tradução nossa) prevê “[...] a inviolabilidade de culto e a liberdade para performar rituais religiosos e realizar reuniões e desfiles religiosos de acordo com os costumes observados no país”, assim como o Artigo 309 de seu Código Penal indica a aplicação de punições e multas em casos de ofensa e ridicularização de práticas e cultos das vertentes religiosas reconhecidas pelo Estado (BAHRAIN, 1976). Enquanto que juridicamente a liberdade religiosa é preservada, discriminações por parte do aparato estatal são comuns, especialmente sobre a população xiita (USCIRF, 2019).

passado de extenso contato com variadas culturas e relativa harmonia entre as diferentes partes de sua heterogênea sociedade gradualmente foi sendo sobrepujado pelas raízes árabes sunitas da dinastia al-Khalifa, a qual, concomitante à promoção de um discurso de reconhecimento da diversidade do reino, marginalizou setores significativos de descendência persa e crença xiita (DAYARATNE, 2012). O emprego de práticas divisórias sobre tais grupos provém de insegurança e desconfiança da elite governante bahreinita em relação aos interesses iranianos em seu país. Há uma estigmatização daqueles estratos sociais via o pretexto de agirem contra a monarquia e a estabilidade político-social do reino, sendo instrumentalizados pelo regime iraniano para este reconstituir sua “14ª província”, dada a histórica ligação política entre os dois atores (WRIGHT, 2017).

A contenciosa relação bahreinita-iraniana assumiu múltiplos matizes durante sua formação, apresentando momentos de aproximação e distanciamento. Ao passo que o regime bahreini busca criar uma identidade condizente com o cosmopolitismo e a diversidade demográfica de sua sociedade, signos de distinção frente aos reinos vizinhos, mantém um aspecto sectário ao apresentar reticências no reconhecimento de sua majoritária e segregada população xiita, tida como fonte de insegurança (KINNINMONT, 2011). Embora sejam compartilhadas preocupações similares às dos al-Saud com suas comunidades da Província Oriental, adotando uma narrativa de interferência externa do regime de Teerã nas sublevações dos xiitas do Bahrein, segurança constrói um sentido diferenciado no contexto bahreinita, mais afastado do identitário, ontológico e ideacional presente no caso saudita. Utilizando o léxico de Huysmans (1998), a relação do regime dos al-Khalifa com a morte, o significado atribuído à segurança, ao constituir a ameaça iraniana é pautada por significados materiais e existenciais, os quais são mutuamente formados por narrativas sectárias e anti-iranianas.

Este capítulo tem como enfoque o processo de construção da ameaça iraniana pelo regime bahreinita, discutindo e analisando os contextos políticos, sociais e identitários que valoraram securitariamente tal sujeito e os efeitos da articulação de seus discursos e narrativas constituintes sobre os agentes domésticos. Apesar da relação conflitiva entre os dois atores não se manifestar expressamente em um âmbito identitário, a identidade mobilizada pelos al-Khalifa delimita as condições, diferenciações e ordenações político-sociais particulares que sua política externa evoca e afirma (SHAPIRO, 1988). Nesse sentido, a primeira seção aborda a estruturação identitária do regime bahreini em meio a uma sociedade múltipla, variada e heterogênea a fim de explicitar o plano de fundo no qual a ameaça iraniana é enunciada e subjetificada. Em seguida, analisa-se como se dá o processo de *othering* e a concepção securitária do sujeito iraniano pela elite governante do Bahrein, explicitando o contexto em que

discursos e narrativas sectárias e anti-iranianas/persas são articulados e promovem o caráter material e existencial da insegurança proveniente do Irã.

4.1 A CRIAÇÃO DO REINO DO BAHREIN E A IDENTIDADE DO REGIME AL-KHALIFA

As ilhas pertencentes ao Reino do Bahrein apresentam uma história sócio-política que se estende por milênios, marcada por uma miscelânea de intercâmbios étnicos, culturais e religiosos e o constante espectro de uma dominação por atores externos. Registros arqueológicos indicam a presença de povos sedentários em território bahreinita e na porção oriental da Península Arábica desde entre 3000 e 2500 a.C., estabelecendo comércio de minérios entre tribos do sul do Golfo Pérsico (atual Omã), hindus e mesopotâmicos e compondo a chamada civilização Dilmun¹⁷ (COMMINS, 2012). Já nesses primórdios civilizacionais humanos, dada a sua privilegiada localização comercial e marítima, tal agrupamento político foi sujeito ao controle de impérios e civilizações mais desenvolvidas, como persas (Império Aquemênida), mesopotâmicos (Império Babilônico) e gregos, indicando a pré-existência de pressões externas que se mantiveram durante a história da sociedade do pequeno arquipélago (POTTS, 2009).

Com o advento do islã, os habitantes do Bahrein, originários de tribos provenientes da Arábia Oriental no âmbito dos diversos califados inaugurados a partir da morte de Maomé no século VII, tornaram-se seguidores do xiismo, defendendo Ali como o verdadeiro sucessor do profeta. Além das defesa e adoção dessa interpretação religiosa, houve a fundação de uma estrutura escolástica e jurídica islâmica paralela à construção de uma classe clerical xiita, o que indicava certa sofisticação institucional mesmo em um momento prévio à emergência do Irã e do Iraque como centros de pensamento xiita da região, os quais viriam posteriormente a exercer influência ideológica sobre a sociedade bahreini (LOUËR, 2008).

Tão importante para a estrutura social, política e religiosa atual quanto o estabelecimento do xiismo como vertente majoritária no Bahrein são os laços presentes entre seus residentes e os da Província Oriental da Arábia Saudita. Seu pertencimento a uma mesma tribo, tida como nativa dessas regiões costeiras do Golfo Pérsico, em condições similares de opressão e marginalização sob os regimes al-Saud e al-Khalifa, fortalece conexões transnacionais, criando âmbitos coletivos de contestação de ambas as monarquias (LOUËR,

¹⁷ Embora a herança civilizacional dilmun seja um aspecto de relativa importância para a dinastia al-Khalifa, recentemente ela foi mobilizada como um marcador identitário de distinção da cultura bahreinita, tendo-se a construção de um monumento público representativo de tais origens (Rotatória Dilmun) e o fortalecimento de uma narrativa de valorização e redescoberta histórica, ainda que incipiente (DAYARATNE, 2012).

2008). Essa comunidade étnica comum se chama *baharna* e exerce particular importância no caso bahreini ao remeter a um passado anterior à chegada dos al-Khalifa, criando uma narrativa local que passou a competir com a dessa dinastia. As revoltas de 2011 no Bahrein, ao exercerem inspiração na população das cidades sauditas de Qatif e Hasa, atestaram a força dessa ligação transnacional fundamentada na época de criação do xiismo, a qual é negada e suprimida pelas dinastias governantes dos dois Estados em prol da manutenção de sua linha ideológica sunita no poder¹⁸ (COLE, 2002).

Após séculos de embates entre diferentes vertentes xiitas, principalmente a ismailita e a dos Doze Imãs¹⁹, e sunitas pelo controle do território bahreini, os portugueses conquistaram as ilhas em 1521 a fim de estabelecer o monopólio das rotas mercantis entre a Índia e o mediterrâneo (COMMINS, 2012). Apesar de sua incipiente duração, a dominação portuguesa inaugurou um período de crescente interesse de agentes extrarregionais no Golfo Pérsico, visto o aumento e intensificação do comércio global e o avanço marítimo de europeus para áreas inexploradas por suas frotas até então, sendo o Bahrein uma importante localidade portuária graças a sua localização estratégica (ver Figura 2) (CUNHA, 2009).

De grande impacto para a composição social, étnica e religiosa contemporânea do país, a anexação do Bahrein ao Império Safávida²⁰ em 1602 marcou a memória coletiva bahreinita ao firmar uma profunda relação com a cultura, população e política iranianas, a qual mobiliza discursos e narrativas identitários de ambas as partes até hoje. Houve a identificação dos xiitas locais com suas contrapartes iranianas, o que fortaleceu suas credenciais religiosas e promoveu o envio de clérigos e intelectuais bahreinis para as principais cidades persas formadoras de pensamento xiita a fim de os especializar, refletindo a crescente relevância do Irã na região e no mundo islâmico (COLE, 2002). Não se restringindo ao âmbito religioso, os intercâmbios entre locais e persas prosperaram em outros campos, tendo os safávidas utilizado a posição estratégica da ilha em prol de seu comércio de sedas e se beneficiado das receitas do tradicional mercado de pérolas e da agricultura fértil do Bahrein (COMMINS, 2012). A imigração persa

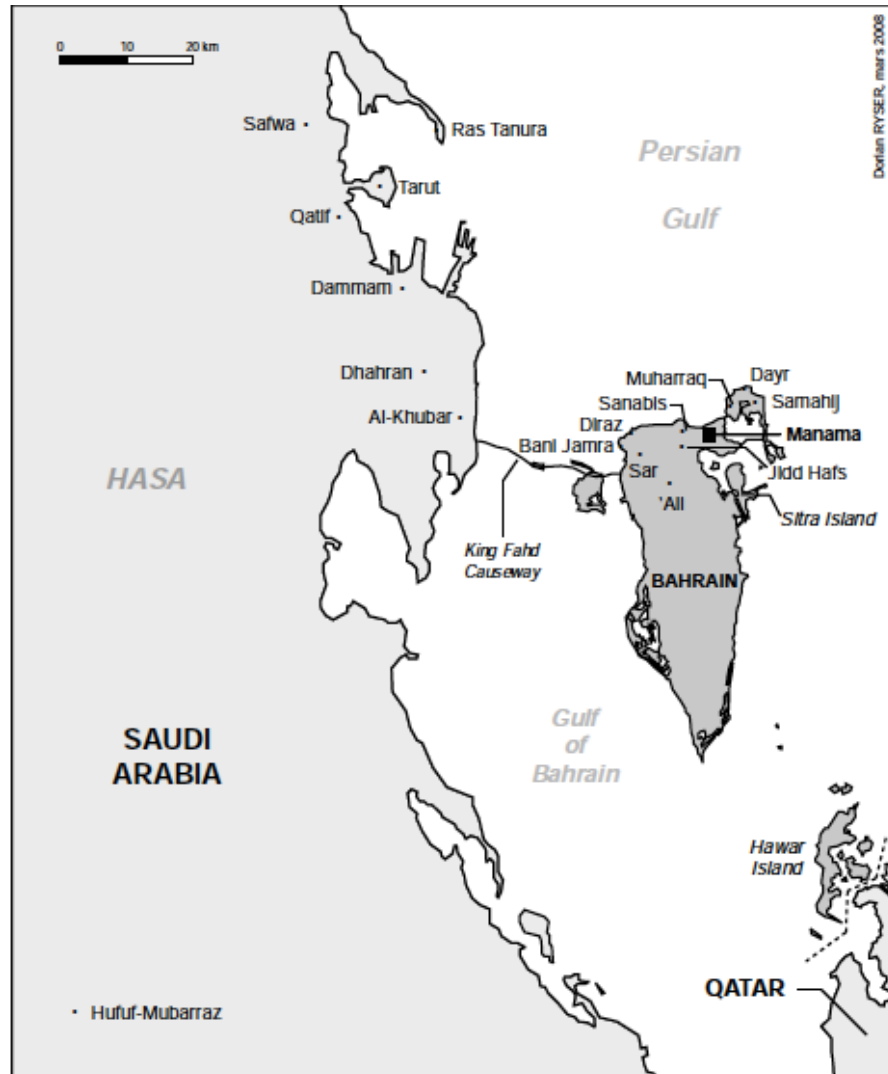
¹⁸ Apesar de, dada a sua origem tribal comum, os xiitas da Arábia Oriental e do Bahrein terem compartilhado de características e condições comuns durante seu estabelecimento na região, os bahreinitas gozaram de ampla liberdade religiosa comparativamente a suas contrapartes continentais, as quais foram sujeitas a uma série de subjugações externas limitadoras de sua crença. Ao mesmo tempo que o controle iraniano da ilha fortaleceu o xiismo como doutrina e prática religiosas dominantes, pressões otomanas e de tribos do Najd, em especial os al-Saud a partir do século XVIII, constrangeram as populações xiitas da porção leste da Península Arábica de forma a aprofundar sua condição minoritária e subalterna (LOUËR, 2008).

¹⁹ Enquanto a linha xiita dos Doze Imãs reconhece o sétimo imã como Musa al-Kazem, totalizando doze imãs a partir de Ali, a interpretação ismailita nega a legitimidade de tal governante, reconhecendo o neto, Mohammed ibn Isma'il, do sexto imã como líder espiritual legítimo (LOUËR, 2008).

²⁰ O Império Safávida compreende o ente político que governou o território iraniano entre 1501 e 1722, nomeado a partir de sua dinastia governante, os safávidas. Ao lado dos impérios Otomano, no norte africano, no Levante e na Turquia, e Mugal, no sul asiático, foi um dos principais impérios islâmicos, sendo responsável por converter a população essencialmente persa para o xiismo e, assim, consolidando-se como centro doutrinário e praticante dos xiitas no mundo muçulmano (COMMINS, 2012).

também fora intensificada, formando comunidades significativas nas principais cidades, como em Manama, e exacerbando uma tendência saliente da formação étnica-cultural bahreini, que foi evocada posteriormente por meio de discursos dos regimes iraniano e bahreini (FUCCARO, 2009).

Figura 2 — Mapa do arquipélago do Bahrein e da Província Oriental da Arábia Saudita



Fonte: Louër (2008, p. x)

Após o enfraquecimento e dismantelamento do controle safávida em 1717 e um período de embates entre omanis e persas pelo arquipélago, a família dos al-Khalifa dominou os territórios bahreinitas em 1783 (COMMINS, 2012). Imigrantes árabes sunitas do Najd, tal dinastia alterou a estrutura político-social da sociedade majoritariamente xiita ao instaurar medidas que favoreceram seus correligionários e marginalizaram amplos setores da população local, o que agravou a diáspora de líderes religiosos já iniciada com a invasão omani anterior

(COLE, 2002). Os baharna viram sua posição econômica de agricultores desestabilizada por meio da apropriação de suas terras pelos novos líderes e a instituição de taxas no seu cultivo (FUCCARO, 2009). Por outro lado, a classe mercantil sunita não presenciou grandes mudanças em seu estrato econômico-social devido à permanência praticamente inalterada do mercado de pérolas, do qual provinha a maior parte das receitas do reino e, assim, necessitava de um alto nível de liberdade comercial (MARHOON, 2018). Gradualmente, o regime al-Khalifa acentuou e expandiu divisões presentes na sociedade bahreinita, não as limitando ao âmbito religioso-dogmático de xiitas/sunitas, mas assumindo práticas segregatórias de caráter econômico e geográfico. As diferentes tarefas e funções entre os dois conjuntos populacionais implicavam na formação de bairros e nichos específicos entre seus membros nas principais cidades, como Manama (FUCCARO, 2009). Essa segregação espacial, mesmo em uma ilha marcada pelo constante intercâmbio entre diferentes setores sociais devido ao seu pequeno tamanho e à sua densidade populacional elevada, gerou inclusive dialetos árabes marcadamente distintos entre sunitas e baharna, os quais “divergiam em cada nível de estrutura: pronúnciação, formação de palavras, gramática e vocabulário” (HOLES, 2011, p. 131, tradução nossa; FUCCARO, 2005).

Contemporaneamente, essas variações dialetais se adaptaram ao contexto mais aberto e globalizado do Bahrein, sendo cada vez mais inteligíveis entre sua população. Essas mudanças se dão graças ao aumento do contato linguístico dos bahreinis com dialetos dos países vizinhos, o que contribuiu para uma melhor recepção e compreensão do indivíduo de dialetos diversos do seu nativo (HOLES, 2011). A construção de vias conectando seus territórios, a expansão de um sistema midiático em língua árabe unificado, tanto em canais de televisão quanto em sites e blogs, e os avanços nos sistemas de educação nacionais no Golfo Pérsico permitiram que vários cidadãos bahreinitas adquirissem múltiplos dialetos, os quais são utilizados de acordo com o contexto social em que a pessoa se encontra (HOLES, 2011).

A integração do Bahrein ao século XXI também fez com que a dinastia al-Khalifa buscasse uma identidade nacional modernizante, a qual seguisse o padrão de cidades como Dubai, Abu Dhabi e Doha. Conforme Dayaratne (2012) aponta, esse esforço renovador identitário pode ser visto nos projetos arquitetônicos presentes nas ilhas, que combinam aspectos tradicionais da arquitetura árabe com um urbanismo luxuoso e tecnológico. Exemplos são a pista de Fórmula 1 do Bahrein, os modernos arranha-céus *Bahrain Financial Harbour*, *Bahrain World Trade Center* e o hotel *Bahrain Bay* (DAYARATNE, 2012). A economia bahreinita recebe a maior parte de seu PIB de serviços financeiros, situação incomum diante da ampla dependência de seus vizinhos e da região do mercado petrolífero (KINNINMONT, 2011). Há uma boa recepção a investidores estrangeiros, os quais podem possuir até 100% dos direitos de propriedade de instituições financeiras, o que é proibido em países como os

Emirados Árabes Unidos (KINNINMONT, 2011). Tanto a estrutura econômica aberta e liberalizada do Bahrein quanto seus projetos arquitetônicos modernos embasam a narrativa da família real de serem governantes do maior centro financeiro do Oriente Médio, reestruturando sua identidade com tendências globalizantes modernizadoras.

A violenta transição dos xiitas no Bahrein de uma posição de respeito e valorização religiosa sob os governos persas para uma de marginalidade sob a recém-chegada dinastia da Arábia Central afetou fortemente seu pensamento e forma de atuação política durante os séculos seguintes. Contudo, mais do que derivada de um sectarismo inerente aos novos governantes, houve a emergência de um aspecto mais abrangente de opressão contra os baharna. Nesse sentido, a discriminação estatal não foi e não é embasada em termos sectários, senão na definição de tal grupo como os residentes originais e autênticos do Bahrein, o que contraria o discurso do regime ao caracterizar a família real como invasores sem bases legítimas para governar o país (FUCCARO, 2009; LOUËR, 2008). Criou-se uma narrativa fundacional de divisão entre os baharna e os “forasteiros” que fundamenta a luta desses contra a repressão estatal, a qual Louër (2008, p. 23, tradução nossa) romanticamente expõe:

Houve uma época quando os xiitas da Arábia Oriental estavam unidos em um só país chamado Bahrein se estendendo de Basra a Omã. Seus habitantes eram chamados de baharna e aceitaram o xiismo desde o início do Islã. O Bahrein era um país rico e abençoado por vários recursos naturais: nascentes de água fresca, terras aráveis e pérolas. As pessoas estavam vivendo uma vida camponesa simples, mas completamente satisfatória em concordância com as prescrições dos Imãs. Era um tempo de harmonia social e ordem. Tudo mudou quando as tribos sunitas — os al-Khalifa e os al-Saud — tomaram a região, apropriaram os recursos naturais para seu próprio uso e impuseram suas maneiras brutais e autocráticas sobre a população nativa. Elas não somente oprimiram os xiitas, mas cortaram sua unidade pelo rompimento dos laços orgânicos entre as ilhas e o continente. Desde então, xiitas marginalizados lutam para recuperar seus direitos legítimos como habitantes ativos do Bahrein Antigo.

Aliada a essa história divisória e à inexistência de um aspecto nacional que aglutine aquelas diferenças até hoje, a diversidade populacional do Bahrein indica a existência de setores com múltiplas lealdades políticas, religiosas e étnicas com atores externos, especialmente com lideranças da Índia e do Irã. A grande massa de imigrantes hindus e indianos se inspira em seus líderes nativos de maneira não-problemática em relação à legitimidade dos al-Khalifa, assumindo um caráter essencialmente familiar e religioso aos laços transnacionais (MARHOON, 2018). A permanência da identificação de algumas classes sociais, como os baharna e os ajam (xiitas com descendência persa), com o regime iraniano, por sua vez, embasa-se em um sentimento nostálgico que define o período de controle persa da ilha como uma época próspera e benéfica para seus empreendimentos econômicos e espirituais (FUCCARO, 2005). Por estar integrada em um contexto de ameaça criado pelo “outro” iraniano, essa relação

transnacional é utilizada como premissa para a dinastia real acirrar ainda mais as condições da população baharna, mesmo havendo uma relativização de tal lealdade externa ao não se ter mais múltiplas evidências de sua própria existência (MABON, 2019).

Similarmente a casos de outros atores da região, como os al-Saud na Arábia Saudita, a família al-Khalifa afirmou sua autoridade no território e sobre a população bahreini com auxílio britânico. Com vistas a manter o seu fluxo comercial proveniente da Índia no Golfo Pérsico, o império britânico estabeleceu estreitos vínculos com a dinastia governante (JOYCE, 2012). Em 1820, foi firmado o Tratado Geral de Paz entre o Reino Unido e os xeiques dos reinos costeiros, como Bahrain, Omã, Catar e os Estados Truciais (atuais Emirados Árabes Unidos), a fim de acabar com a pirataria, o que foi reforçado com a assinatura da Trégua Marítima Perpétua em 1861 pelos al-Khalifa, acordando cessar qualquer forma de agressão marítima em troca da proteção britânica contra atores externos (JOYCE, 2012). Os avanços dos al-Saud do interior da Península Arábica para a região costeira, que haviam motivado a emigração da dinastia bahreini ao invadir o Catar em 1796, de onde reinava, mantiveram-se durante o século XIX, assim como o esforço de reanexação da pequena ilha empreendido pelos persas e intermitentes reivindicações otomanas (COMMINS, 2012; STROBL, 2017).

Esse esforço de mediação por parte dos dignitários britânicos entre forças regionais e o Bahrein legou uma herança de grande contato e assessoramento com os al-Khalifa, a qual fortaleceu uma relação assimétrica britânica-bahreini que se expandiu para além do sistema de protetorado formado em 1861. A medida em que apoiavam a criação do aparato estatal bahreinita na primeira metade do século XX, os britânicos criaram um sistema governamental nacional sob seu controle direto a partir das chamadas leis *Orders in Council* dos anos 1920, as quais, além de fundamentar órgãos fundamentais como cortes e polícia, garantiram poderes administrativos a um agente da coroa britânica (STROBL, 2017). Na prática, esse indivíduo determinava os rumos do reino, sendo exemplares as posições de proeminência que Major Clive Daly e Sir Charles Belgrave assumiram nesse posto. Entre outros feitos, Daly, diante de uma crise de sucessão real mobilizada pelos dois filhos do rei bahreini, determinou a saída do então monarca Sheikh Isa ibn Ali al-Khalifa e a ascensão de seu filho herdeiro Sheikh Hamad ibn Isa al-Khalifa em 1923; Belgrave, por sua vez, garantiu um terço das receitas do recém-construído setor petrolífero bahreinita aos britânicos nos anos 1930 (KINNINMONT, 2011).

Nesse contexto de ampliação do poder britânico no Bahrein e no Golfo Pérsico, a dinastia al-Khalifa começou a firmar suas bases identitárias em uma tentativa de se distinguir dos atores extranacionais e assumir um caráter específico para seu regime que abarcasse características próprias da sociedade bahreini, mas também suprimisse ligações transnacionais tidas como ameaçadoras, como as com o Irã. De forma contrária ao realizado pelos al-Saud,

que sustentaram a criação de seu Estado principalmente via um entrelaçamento com a narrativa wahhabitica, a família real do Bahrein promoveu a articulação de sua identidade por meio da implantação de um sistema político baseado em características tribais (FUCCARO, 2009). A cultura desértica nômade dos al-Khalifa, a qual pode ser vista na prática anual de acampamentos e construção de tendas no deserto, um costume tradicional beduíno, complementou o cosmopolitismo e sedentarismo históricos de Manama (DAYARATNE, 2012). Novas cidades foram criadas em outras ilhas do arquipélago, como Muharraq, de onde a dinastia governante atua e aponta os responsáveis pelas suas propriedades estatais, firmando uma separação sócio-cultural-geográfica entre governantes e governados, residentes majoritariamente da ilha de Bahrein (COMMINS, 2012).

Conforme Fuccaro (2009, p. 24, tradução nossa), “[...] a solidariedade tribal²¹ e o parentesco que uniu as elites tribais e seus aliados se tornaram os princípios organizadores da política, suplantando os fortes ideais religiosos que haviam sustentado o regime safávida”. Da mesma forma, os valores dessa nova ordem social pautada no hereditarismo e patriarcalismo monárquicos se contrapunham ao transnacionalismo e à diversidade característicos das cidades portuárias do Golfo Pérsico, o que mobilizou a emergência de um pacto social e de uma identidade que agrupasse essas diferenças (STROBL, 2017). Nesse sentido, houve uma correlação entre os setores sociais, a qual Fuccaro (2005, p. 41, tradução nossa) aponta:

[...] tanto governantes quanto grandes setores da população urbana eram imigrantes. Eles trouxeram diferentes culturas materiais, lealdades políticas e tradições legais que continuaram a funcionar como fontes de vida comunitária e de organização independentes, ainda que inter-relacionadas, ao gradualmente moldar os contornos do regime da ilha. A partir dessa perspectiva, a formação estatal sob os xeiques al-Khalifa não deve ser considerada exclusivamente como o resultado do império informal britânico no Golfo Pérsico. Na verdade, foi um longo processo de negociação estratégica com diferentes setores da população local para estabelecer a proeminência de sua tradição particularista sunita/beduína de governo familiar.

Essa “negociação estratégica” passou pela construção de uma narrativa fundadora oposta àquela dos baharna, os quais compreendem a chegada dos al-Khalifa ao Bahrein como a invasão geradora das divisões e tensões sociais atuais. O regime projeta a ideia de que a chegada da dinastia do interior da Península Arábica ao arquipélago trouxe paz e estabilidade,

²¹ *Al-asabiyyah* (solidariedade tribal) é um conceito desenvolvido pelo filósofo árabe Ibn Khaldun que teoriza a coesão interna de um grupo social e os laços entre seus membros (TIBI, 1997). Segundo Tibi (1997, p. 140, tradução nossa), “na sociedade primitiva nômade, [*asabiyyah*] é uma forma de solidariedade baseada na crença em relações de sangue e ancestralidade comum. [...] a crença nesse vínculo fortalece a *asabiyyah* e, por extensão, o próprio grupo e, assim, tem um efeito positivo. No próximo ciclo, *asabiyyah* é baseada sobre relações de aliança e proteção dentro do mesmo grupo e, no estágio mais alto da socialização, sociedade urbana, que tem sua própria civilização e cultura, cria um sentimento de comunidade e unidade”. No caso da chegada dos al-Khalifa no Bahrein, *asabiyyah* se estabeleceu no nível de coesão relativo a sociedades urbanas a partir de laços caracteristicamente beduínos e tribais do interior da Península Arábica (Najd).

contribuindo para a criação de um Estado moderno a partir da criação de uma identidade nacional pautada pelo sunismo e tribalismo árabe característicos da monarquia (KINNINMONT, 2011). Essa identidade, ao adotar esse discurso como base de legitimidade, nega o reconhecimento de grande parte da população que não se identifica com as características sunita e tribal arábica, principalmente dos baharna e dos ajam. Além de repressão por parte dos agentes estatais, esses grupos são impedidos de ocupar cargos públicos e dos órgãos de segurança e enfrentam uma política de “sunitização”, denominada “bahreinização” pela dinastia a despeito de seu caráter imposto e restrito no variado contexto nacional (GENGLER, 2013; MABON, 2012; MARHOON, 2018). Indivíduos estrangeiros seguidores do sunismo têm seus pedidos de naturalização e cidadania deferidos mais rapidamente do que os de outras interpretações islâmicas e religiões, sendo uma tentativa deliberada por parte da monarquia de reverter as estatísticas demográficas e tomar a posição majoritária histórica do xiismo como interpretação dominante (GENGLER, 2011). Os ajam, por apresentarem laços familiares e genealógicos com o Irã, sofreram ainda maior reclusão da vida pública, segregando-se econômica e socialmente e tendo, até 2000, sua cidadania negada pelo Estado (WEHREY, 2014). Muitas famílias se valeram de seus contatos transnacionais para se firmarem como exímias comerciantes entre as duas costas do Golfo Pérsico, o que favoreceu o seu enriquecimento em divergência com as condições de outros membros do grupo étnico em questão (FUCCARO, 2005).

Nessa lógica, o regime dos al-Khalifa promove uma identidade que não condiz com a maioria da população do Bahrein e, ao não corresponder a diversidade social do reino, aprofunda divisões sectárias (sunismo/xiismo), étnicas (árabe/persa e, em menor grau, indianos), econômicas (diferentes posições e espaços ocupados pelos setores privilegiados sunitas e os marginalizados xiitas) e identitárias (principalmente, baharna/al-Khalifa). Embasando-se em uma imagem totalmente negativa do período de controle iraniano das ilhas e no histórico contencioso entre os dois países, a promoção dessa identidade atua também como uma defesa contra interesses iranianos no país, os quais são discutidos na seção seguinte.

4.2 A AMEAÇA IRANIANA NO CONTEXTO BAHREINI PARA ALÉM DO SECTARISMO

As relações do Bahrein com o Irã remontam a séculos de convivência próxima e de intercâmbios comerciais, étnicos, religiosos e políticos. O tempo em que o território bahreini fez parte do iraniano, principalmente durante o Império Safávida e, em menor instância, o Aquemênida, impactou de forma positiva e negativa a mentalidade das classes políticas e

sociais dos dois países, o que, em certos momentos, gerou posicionamentos contrários entre suas elites governantes. Essas diferenças de percepção sobre esse período histórico variaram de acordo com o grupo socioeconômico, a vertente religiosa, a etnia e o Estado com os quais o indivíduo se identifica, sendo frequentes, em especial no contexto doméstico bahreinita, divergências em relação à posição promulgada e defendida pelo seu regime governante.

De importância singular, setores do regime e da população iraniana, como sua elite clerical, reivindicaram a reanexação do Bahrein a seus domínios nacionais por boa parte dos séculos XIX e XX, pretensão que ressonou em grupos xiitas marginalizados com a ascensão dos al-Khalifa como governantes, tais quais os baharna. Esse clamor transnacional reafirmou uma tensão interna já existente no Bahrein entre grupos alinhados à dinastia real e dissidentes, a qual forneceu o contexto para a construção do Irã pela dinastia real como uma ameaça à monarquia e à própria organização do país como um Estado independente.

Os britânicos amenizaram a aplicação de medidas perversas pelos al-Khalifa sobre os habitantes locais, como a escravidão da população baharna realizada no setor agrícola ao retirar a posse de suas terras e efetivamente submeter seus membros a um regime feudal de trabalho (STROBL, 2017). Contudo, seu maior envolvimento com as políticas internas e decisões da elite governante foram recebidos negativamente pelo regime iraniano. A partir da promulgação do Tratado de Jeddah em 1927, firmado entre o governo britânico e o emergente Rei do Hijaz e do Najd e de suas Dependências, Ibn Saud, e que atesta a existência de “relações de tratados especiais” dos britânicos com a monarquia bahreini, a reivindicação persa se tornou uma disputa com o Reino Unido (UK; AL-SAUD, 1927, p. 3, tradução nossa). O apoio britânico ao estabelecimento independente do Bahrein se intensificou em uma série de cartas trocadas com o Irã, na época Pérsia, no âmbito da Liga das Nações, as quais contestavam o argumento persa de que as ilhas nunca haviam deixado de ser seu território soberano, exceto durante a ocupação portuguesa (1522-1602) (KELLY, 1957). Em um comunicado repassado ao Secretário Geral da organização, o Ministro de Relações Exteriores da Pérsia, Mohammed Foroughi, protestou contra a concessão de direitos de exploração do recém-descoberto campo petrolífero do Bahrein a um sindicato britânico, afirmando que “[...] as ilhas do Bahrein formam uma parte integral da Pérsia e que a Pérsia possui direitos incontestáveis de soberania sobre essas ilhas” (LON, 1930, p. 3, tradução nossa).

Essa problemática se acirrou com a onda nacionalista dos anos 50 no Irã, na qual houve um clamor popular com respeito à anexação das ilhas. A nacionalização da indústria petrolífera atuante no país, a *Anglo-Iranian Oil Company*, em 1951 pelo governo de Mohammed Mossadegh deveria ser aplicada também na do Bahrein segundo a retórica nacionalista iraniana (ALVANDI, 2010). Em 1957, uma lei do parlamento nacional definiu o território bahreinita

como a 14^a província iraniana (MOGHTADER, 1973). Com a volta do xá Mohammed Reza Pahlavi ao poder por meio de um golpe apoiado pelos britânicos e estadunidenses em 1953, o nacionalismo encabeçado até então por Mossadegh gradualmente foi perdendo sua base no governo. Para o monarca, o Bahrein não apresentava nenhum valor significativo devido a suas escassas reservas de petróleo, a queda de sua indústria de pérolas e a sua distância do Estreito de Ormuz, passagem no Golfo Pérsico de grande importância estratégica para o Irã e cuja segurança seus governantes historicamente assumem como responsabilidade própria (ALVANDI, 2010).

Em 1968, o governo britânico declarou a retirada de suas forças no Golfo Pérsico até 1971, assumindo que os Estados da região se encarregariam de prover a sua segurança cooperativamente sem a ajuda de atores extrarregionais. De antemão, os al-Khalifa pediram que a decisão fosse reconsiderada pelos agentes britânicos, expressando desesperança na cooperação securitária com seus vizinhos (JOYCE, 2012). Buscando afirmar sua posição de liderança, Reza Pahlevi procurou estabelecer um papel de proeminência do Irã a fim de conter avanços de países contrários a suas políticas, como a União Soviética, o Egito de Nasser e o Iraque de Saddam Hussein (MOGHTADER, 1973). Para atingir tal objetivo, era necessário que o xá abdicasse da reivindicação histórica de seu regime sobre o Bahrein, visto que seus vizinhos árabes, em especial a Arábia Saudita, viam a independência dos al-Khalifa como um aspecto primordial para o sucesso de um novo sistema securitário regional (ALVANDI, 2010). Ao passo que firmava sua convicção na essencialidade dessa decisão para o alceio iraniano à condição de líder que almejava, Pahlavi percebia que esta ia de encontro ao esposado por intelectuais de que a “reivindicação histórica e legal do Irã sobre o Bahrain era irrefutável”, o que lhe causou temores relativos a uma condenação por parte da opinião pública, marcada por um sentimento anti-imperialista e anglofóbico no pós-golpe de 1953 (ALVANDI, 2010).

Nesse contexto, estabeleceram-se um conjunto de negociações secretas entre o governo iraniano e o britânico, mediados pela Organização das Nações Unidas e, em certos momentos, envolvendo governantes árabes do Golfo, tais quais bahreinis e emiráticos. A proposta inicial britânica de formação de uma federação árabe incluindo Bahrein, Catar e os Estados Truciais, contraposta pela opção iraniana de realização de um plebiscito sobre o assunto na ilha, tornou-se o envio de uma missão das Nações Unidas ao país em questão para verificar as vontades de sua população (AL-BAHARNA, 1973; ALVANDI, 2010). Finalmente, a Resolução 278 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, dados os resultados de tal missão, atestou que “a esmagadora maioria do povo do Bahrein deseja ganhar reconhecimento de sua identidade em um completamente independente e soberano Estado, livre para decidir por si mesmo suas relações com outros Estados” (UNSC, 1970, p. 8, tradução nossa). A solução foi reconhecida

pelo parlamento iraniano e, para o alívio do xá, não mobilizou grandes manifestações contrárias da população, muito devido à caracterização que a imprensa estatal deu ao caso como um sucesso diplomático iraniano diante dos ensejos imperialistas britânicos (ALVANDI, 2010).

Os al-Khalifa declararam a independência do Bahrein em 14 de agosto de 1971, beneficiados pelo abandono da reivindicação iraniana por parte do xá Reza Pahlavi (AL-BAHARNA, 1973). Contudo, a emergência da República Islâmica do Irã em 1979 alterou profundamente as relações entre os dois países ao reviver a retórica do Bahrein como a 14ª província iraniana. Os mesmos discursos de Khomeini que contestaram a legitimidade dos al-Saud e ameaçaram os regimes do Golfo Pérsico reverberaram mais profundamente na sociedade bahreini devido a sua majoritária composição xiita e a identificação de certos grupos com o clamor revolucionário iraniano. Nesse contexto, os xiitas bahreinis se dividiram em uma vertente moderada, cujo foco residia em reformas democráticas e a liberação de prisioneiros políticos, e uma revolucionária, cujo objetivo era derrubar os al-Khalifa e instaurar uma república islâmica baseada no modelo khomeinista (AL-MDAIRES, 2002). Um grupo de bahreinis xiitas, em sua maioria baharna, estudando em Londres criaram o Movimento da Liberdade Islâmica do Bahrein, o qual defendia as premissas dos moderados (WEHREY, 2014). Por outro lado, o grupo mais atuante no pós-1979 no Bahrein foi a Frente Islâmica para a Liberação do Bahrein (IFLB), a qual foi composta majoritariamente por descendentes iranianos e mobilizou uma série de protestos e violência contra o regime e seus aparelhos de repressão (AL-MDAIRES, 2002). Segundo Alhasan (2011, p. 605, tradução nossa),

os objetivos imediatos do grupo eram (1) a derrubada do regime al-Khalifa, (2) estabelecer uma ordem islâmica livre, (3) obter verdadeira independência para o Bahrein, (4) alcançar independência cultural e econômica, (5) erradicar analfabetismo e implementar educação obrigatória, e (6) o avanço científico e tecnológico do país. Seus objetivos de longo prazo revolviam em torno de três eixos, nomeadamente: o desenvolvimento do indivíduo como alguém educado no Islã, incorporando suas morais, carregando sua mensagem e estando preparado para se sacrificar em sua defesa; construir a comunidade de crentes por meio de uma vanguarda capaz de liderar para a glória; e finalmente a ereção da civilização islâmica que seria o resultado final da Revolução Islâmica.

O auge de atuação revolucionária no Bahrein foi em uma tentativa de golpe realizada em dezembro de 1981, a qual foi contida e reprimida pelas forças domésticas leais aos al-Khalifa. O plano previa a tomada de prédios do governo e da imprensa estatal e de ministros como reféns no dia 16 de dezembro, o que foi impedido pela prisão de 73 membros da IFLB, que, apesar da acusação feita pelo governo de ser a responsável por tal esquema, negou qualquer participação ou envolvimento com o golpe falho (AL-MDAIRES, 2002; ALHASAN, 2011). A importância desse evento, mais do que derivada de sua gravidade ou eficiência, que claramente não foram atingidas, provém da tipificação de seus organizadores, da IFLB e dos ativistas xiitas

como instrumentos (*fifth columnists*) do regime iraniano e, em última instância, de Khomeini pelos al-Khalifa, uma discurso que se manteve desde então (WEHREY, 2014). Ao realizar essa qualificação, a dinastia real deslegitima as motivações dos grupos dissidentes por os estigmatizar como agentes revolucionários iranianos e, dessa forma, significá-los securitariamente, o que se torna justificativa para o uso desmedido de repressão e a marginalização institucional empreendidos contra manifestações desses setores. Em 1981, em contraponto à declaração iraniana de não-envolvimento com a tentativa de golpe, o apoio de atores do Irã ao IFLB foi verificado com a divulgação de propagandas em jornais e canais de televisão estatais iranianos apoiando os objetivos do grupo, ligações de seus líderes com clérigos xiitas da República Islâmica, treinamento prestado a seus membros pela Guarda Revolucionária Iraniana²² (ALHASAN, 2011).

Essa correlação entre xiitas contrários ao regime ou somente reformistas e interesses iranianos no Bahrein, contudo, não se verifica explicitamente em grande parte das manifestações realizadas na pequena ilha do Golfo Pérsico, mesmo com a constante narrativa dos al-Khalifa afirmando sua existência. A recente experiência da chamada Primavera Árabe²³ constitui um interessante caso que demonstrou a dissonância entre o esposado pela dinastia real e as condições que embasaram os protestos que tomaram as ruas de Manama em 2011. Nesse ano, uma série de manifestações, seguindo a onda inaugurada na Tunísia e no Egito, ocorreu em prol de reformas democráticas, melhoria de condições de vida da população e igualdade no tratamento estatal de membros de diferentes vertentes islâmicas, principalmente xiitas (JOYCE, 2012). Inicialmente, a maioria das premissas em torno de tal movimento foi defendida mutuamente por sunitas e xiitas. Segundo Matthiesen (2013, p. 12, tradução nossa),

No início, sunitas reformistas podiam aceitar a maioria das demandas dos protestantes da *Pearl Roundabout* [monumento no centro de Manama onde os protestos ocorreram]. E foi esse potencial inicial de mobilização inter-sectária em torno de valores e demandas básicos que pareceu mais perigoso para a família reinante e, realmente, as outras monarquias do Golfo.

Em resposta, grupos pró-regime, compostos majoritariamente por sunitas, e os órgãos de segurança estatais reprimiram fortemente os protestantes, resultando em mortes, prisões arbitrárias e tortura (PRADHAN, 2017). Nessa onda repressiva, houve o envio de tropas por parte da Arábia Saudita, do Catar e dos Emirados Árabes Unidos sob o auspício da *Peninsula*

²² A Guarda Revolucionária Iraniana é um ramo das forças armadas da República Islâmica do Irã criada pelo aiatolá Khomeini para promover os ideais da Revolução Islâmica externa e internamente.

²³ Primavera Árabe foi uma onda de protestos e mobilizações que ocorreram na Tunísia, Egito, Síria, Iêmen, Bahrain e Líbia desde o final de 2010 até o início de 2012, nos quais as populações locais clamaram por reformas políticas, eleições e, em alguns casos, a retirada de seus atuais governantes do poder, o que ocorreu nos casos egípcio, tunisiano e líbio.

Shield Force, uma cláusula securitária invocada no âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) (MABON, 2012). Nunca antes realizada, essa intervenção atestou o grau de importância assumido ao regime al-Khalifa pelas suas monarquias vizinhas, especialmente pelos al-Saud, que veem a permanência de uma dinastia sunita e uma população xiita marginalizada e apaziguada no Bahrein como essências para a contenção do Irã na região (MABON, 2012). A narrativa de interferência externa por parte do regime iraniano fundamentou o emprego de medidas repressivas e o pedido de auxílio ao CCG pelos al-Khalifa, pois caracterizou as revoltas como formadas por xiitas expoentes da visão revolucionária direcionada para a desestabilização e desestruturação do reino. Ela serviu para as dividir em termos sectários e, assim, enfraquecer o teor inter-sectário inicial (MATTHIESEN, 2013).

O Líder Supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, demonstrou apoio a causa dos protestantes bahreinis, caracterizando o povo bahreinita como o “mais oprimido” e o suposto envolvimento iraniano nas mobilizações como “uma mentira” (KHAMENEI, 2012, tradução nossa). A investigação realizada posteriormente pela Comissão Independente de Inquérito do Bahrein para averiguar o que ocorreu durante o período de protestos, em contraponto ao promulgado pela dinastia real, concluiu que

a evidência apresentada à Comissão pelo Governo do Bahrein sobre o envolvimento da República Islâmica do Irã nos assuntos internos do Bahrein não estabelece uma ligação direta entre incidentes específicos que ocorreram no Bahrein durante fevereiro e março de 2011 e a República Islâmica do Irã. (BASSIOUNI, 2011, p. 387, tradução nossa)

O emprego de discursos sectários se tornou uma estratégia de defesa e manutenção do regime al-Khalifa diante dos crescentes ensejos reformistas defendidos pela população bahreini, os quais não se limitam a um setor particular, mas abrangem uma gama variada de atores nacionais insatisfeitos com suas condições de vida, compreendendo desde os baharna e ajam até sunitas. A dinastia real atribui a discussão e luta por tais questões a um caráter revolucionário tido como inerente à maioria demográfica xiita presente no país, a qual não é reconhecida como parte do conjunto nacional bahreini pela identidade dos al-Khalifa, senão como reflexo da herança deturpada e contestatória deixada pelos períodos de dominação iraniana do arquipélago. Essa época, por mais longínqua e com efeitos tão amenizados no cenário interno bahreinita, permanece vívida na mente da elite governante na forma de um espectro imanente de reanexação das ilhas por parte do regime de Teerã, substanciado pela reivindicação histórica feita por tal durante grande parte do século XX. A identidade articulada pelos al-Khalifa atua em uma lógica própria de *othering* dos sujeitos xiitas, a qual, considerando a correlação assumida entre estes e os iranianos pela família real, é repassada aos iranianos. Nesse processo, a construção securitária do Irã é derivada de uma narrativa de ameaça

existencial baseada em fatores materiais, havendo um temor pela possibilidade de completa aniquilação do Estado bahreini em sua forma independente pelo regime iraniano, mesmo em um contexto de abandono de tal objetivo e ausência de evidências de instrumentalização de atores nacionais pela República Islâmica (MABON, 2012; BASSIOUNI, 2011).

5 CONCLUSÃO

É inegável que as relações dos regimes saudita e bahreinita com o iraniano são marcadas por problemas e tensões, entretanto, mais do que algo estrutural, estas correspondem a constrangimentos e condições construídas e colocadas sobre tais atores contextualmente. Contextos foram criados a partir de discursos e narrativas que caracterizam o Irã como uma ameaça para os al-Saud e os al-Khalifa, determinando os limites entre o eu e o outro em termos securitários. As identidades mobilizadas por estes regimes árabes, derivadas de suas experiências históricas, sociais, políticas e religiosas, também apresentam elementos que contribuem para o *othering* do sujeito iraniano, especialmente na forma de discursos sectários.

A literatura sobre percepção de ameaças foi gradualmente se especializando e sofisticando a partir da expansão do campo dos Estudos de Segurança Internacional. Saindo de um foco exclusivo em distribuições desiguais de poder como causas de insegurança entre Estados, Walt (1987) desenvolveu sua balança de ameaças ao transferir o enfoque do conceito de poder para o de ameaça, a qual determina as ações e comportamentos dos atores internacionais. Embora ainda esteja integrado a um léxico e aparato teórico-conceitual realista, tal teoria representou uma inovação não somente por propor uma série de novos fatores tidos como condicionantes de padrões de aliança e conflito, como proximidade geográfica, poder ofensivo e “atitudes agressivas”, mas também por reconhecer a importância de variáveis de cunho ideacional. Considerando que o seu objeto de análise é as relações interárabes e de Israel da segunda metade do século XX, a teoria de Walt (1987) se mostrou relevante tanto para o desenvolvimento das Relações Internacionais, no geral, e dos ISS, em particular, quanto para o estudo das dinâmicas e atores do Oriente Médio e suas particularidades.

As críticas realizadas posteriormente à balança de ameaças essencialmente tentaram apontar critérios de priorização entre diferentes tipos de ameaça e quais condições tornam proeminente um fator sobre outro. Enquanto certos autores assumiram a prevalência de variáveis de um caráter, como Barnett (1996) com ideias, ideologias e identidades, e Gause (2003) com elementos materiais, outros adotaram uma posição equidistante, como Darwich (2016) ao assumir que ambos os fatores podem significar uma ameaça para certos regimes, somente dependendo do contexto em que se encontram. Por sua vez, Rubin (2014) desenvolve uma balança de ameaças ideacionais, segundo a qual regimes também realizam estratégias de balanceamento ao lidar com ameaças de ordem imaterial, como ideias, ideologias e identidades. No Oriente Médio, a fragilidade dos grupos governantes e de suas estruturas estatais criou a percepção de que ideologias transnacionais, como o nacionalismo árabe e o pan-islamismo,

representam ameaças mais graves para suas legitimidades, mesmo convivendo com fatores de outras características.

As perspectivas pós-estruturalistas, ao defender que identidades, política externa e segurança ganham sentido e se constituem por meio de discursos e narrativas, implicam que ameaças não são meramente identificadas ou percebidas por um sujeito, mas são mutuamente construídas pela identidade do mesmo. Há um aspecto reflexivo e interpretativo nessa sistemática, pois a construção de ameaças, por si só, cria seus próprios objetos e suas relações subseqüentes, o que Huysmans (1998) chamou de “autorreferencialidade de segurança”. Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar quais objetos, relações e, em última instância, significados securitários a construção da ameaça iraniana constituiu nos contextos saudita e bahreini.

Os al-Saud formaram o Reino da Arábia Saudita por meio de uma aliança com uma classe e vertente religiosas, o wahhabismo, o qual se interligou com a estruturação do Estado saudita. Nesse processo, a identidade mobilizada pela dinastia assumiu uma série de características condizentes com a sua visão do que constituía o sujeito saudita, compreendendo as bases supra e subnacionais do islã wahhabita e de sua herança tribal-genealógica do Najd. Entretanto, a diversidade de narrativas existentes no país demonstra a incompatibilidade da identidade restrita do regime com os setores populacionais sauditas, que vêm se organizando em forças dissidentes e contestatórias, desafiando a legitimidade de seus governantes. A íntima correlação identitária dos al-Saud com o discurso wahhabita restringe o espectro de mudanças que podem ser empreendidas domesticamente, visto que a manutenção da família real como governantes legítimos depende da atual composição de sua identidade.

Nesse contexto, o wahhabismo fornece certa base para a emergência de políticas sectárias ao caracterizar os xiitas como “politeístas” que deveriam ser eliminados via a *jihad*, mas é insuficiente para compreender a construção securitária do regime iraniano pelos sauditas. Esta, por sua vez, ocorre a partir da afirmação das diferenças elencadas em seu processo de construção identitária, que foi movimentado por uma insegurança de caráter ontológico instaurada com a Revolução Islâmica de 1979, conforme Darwich aponta (2014). Este evento fez a recém-formada elite clerical governante da República Islâmica adotar um discurso similar ao dos al-Saud no que concerne a religião islâmica, a qual ambos os atores passaram a ver como seu âmbito de promoção e liderança. Esse contexto fez com que a dinastia mobilizasse narrativas sectárias a fim de se distinguir dos iranianos xiitas, o que implicou no acirramento das relações com sua própria população xiita da Província Oriental, excluída e marginalizada pela identidade do regime saudita, sunita e wahhabita. Dessa forma, a ameaça iraniana foi construída por meio da afirmação das diferenças identitárias entre ambos os atores, correspondendo a fatores de ordem ontológica, no advento da Revolução Islâmica, e ideacionais

e sectários no pós-1979, reflexos da estabilização identitária saudita imposta para suprir seu senso de insegurança ontológica.

O Bahrein apresenta uma história profundamente correlacionada com a dos persas/iranianos. Além de ter sido efetivamente parte do território destes durante os impérios Aquemênida e Safávida, sua composição multiétnica e cultural corresponde a certas características iranianas, como a adoção majoritária do xiismo e a própria presença de significativas parcelas da população com descendência persa, os ajam. Entretanto, a chegada dos al-Khalifa ao arquipélago no século XVIII, similarmente ao caso dos al-Saud, significou a emergência de uma identidade que não condiz com a diversidade populacional bahreini, a qual é superior à saudita devido ao histórico de intercâmbios do país como localidade portuária e conexão entre diferentes culturas, religiões e países. O regime divide sua sociedade em termos sectários a fim de afirmar sua posição como classe dominante, marginalizando a maioria xiita, a qual é vista como instrumento dos iranianos. A Revolução Iraniana repercutiu fortemente no cenário interno do Bahrein, incutindo em protestos, violência e uma tentativa de golpe, pelos quais o Irã foi responsabilizado. Os al-Khalifa veem o clamor revolucionário iraniano, ainda que enfraquecido atualmente, como uma grande ameaça à manutenção de sua autoridade sobre o país devido a sua composição majoritária xiita, desconsiderando a existência de setores sunitas que também contestam sua legitimidade como governantes. Aliado a esse contexto, as reivindicações persas sobre a soberania das ilhas contribuíram para que a construção da ameaça iraniana partisse de fatores essencialmente materiais, correspondendo a um temor omnipresente de anexação do país, a 14ª província, ao Irã.

O estudo desses dois casos indica como regimes adotam práticas de diferenciação identitária a fim de assegurar a sua distinção perante outros atores externos, mesmo que esses processos subentendam a marginalização e exclusão de setores de suas próprias populações. Os xiitas, em posições antagônicas, de maioria e minoria respectivamente, e similares, marginalizados, no Bahrein e na Arábia Saudita, sofrem as consequências de narrativas sectárias que visam manter a forma atual de seus regimes e, assim, as suas posições subalternas. Há a imposição de uma automática correlação entre os seguidores dessa vertente islâmica com o regime iraniano, o qual supostamente os instrumentaliza, a fim de legitimar os processos de *othering* a que esses são sujeitos, mesmo quando indivíduos desse grupo apresentam maiores lealdades a seus próprios Estados do que com o agente externo iraniano.

Conceitual e teoricamente, a aplicação do conceito de segurança ontológica se mostrou relevante para o caso saudita devido à similaridade de narrativas e identidades que o regime al-Saud e o iraniano experienciaram a partir da Revolução Islâmica de 1979, o que Darwich (2014) apontou. Contudo, ao aplicar criticamente tal conceito, considerando a busca por segurança

ontológica um processo politicamente atuante, verificou-se que a distinção identitária que a família real estabeleceu para suprir a insegurança ontologicamente construída pelo regime iraniano incorreu em consequências nefastas para setores localizados no exterior do discurso estatal, os “outros”. Este é o caso dos xiitas da Província Oriental, que até hoje sofrem com sua marginalização e a condição de subalternidade que lhes é imposta, acentuada pela estabilização forçada da identidade saudita, contrária à natureza dinâmica e contingente de qualquer identidade. Essa diferenciação mobilizada no período pós-1979 se manteve como um processo de *othering* dos iranianos e seus significados persas e xiitas, o qual se acentuou com o fortalecimento do sectarismo articulado pela monarquia saudita recentemente.

Por outro lado, o contexto bahreini não invoca nem responde a uma insegurança de caráter ontológico, principalmente porque a identidade dos al-Khalifa foi estabelecida a partir de uma diferenciação para com a dos iranianos, tanto antes quanto depois de 1979, muito devido à majoritária presença de xiitas, como os baharna, em sua população e à significativa parcela de indivíduos com descendência persa. Dessa forma, não houve nenhum momento em que sua identidade foi ameaçada por uma similaridade com a iraniana, não requerendo um novo processo de distinção identitária além do originário. Em termos ontológicos, a identidade do regime bahreini permaneceu consistente em sua diferenciação sectária, a qual ocorria para suprir uma insegurança de cunho material derivada das reivindicações persas sobre o território bahreini, ameaçando sua existência como organismo autônomo e independente.

O presente trabalho tentou elucidar a forma como relações securitárias constroem e são construídas pelos discursos, narrativas e identidades que as evocam, assim como, mesmo com similaridades em processos de construção identitária, agentes diferentes podem construir ameaças a partir de fatores diversos, reflexos dos contextos em que se encontram. A imposição de limites entre eu e outro, natural de uma identidade, muitas vezes implica em um violento processo de *othering* para os sujeitos que se encontram nas margens dos discursos do eu, o que esta pesquisa tentou demonstrar tratando da população xiita da Arábia Saudita e os baharna e ajam do Bahrein. Uma outra via de demonstrar esses processos e seus efeitos, inexplorada nessa investigação, seria por meio da aplicação do conceito de securitização, implicando na utilização de aparatos conceituais e teóricos próprios e capazes de demonstrar outras facetas e características das relações de ameaça entre o regime iraniano e os saudita e bahreini.

REFERÊNCIAS

- ADIB-MOGHADDAM, Arshin. **The International Politics of the Persian Gulf: A cultural genealogy**. Oxon e Nova Iorque: Routledge, 2006.
- ADIB-MOGHADDAM, Arshin. **Iran in World Politics: The Question of the Islamic Republic**. Londres: Hurst & Co., 2007.
- AHMAD, Jalal Al-i. **Occidentosis: A Plague From the West**. Berkeley: Mizan Press, 1984.
- AL-BADI, Awadh. Saudi-Iranian Relations: A Troubled Trajectory. In: BAHGAT, Gawdat; EHTESHAMI, Anoushiravan; QUILLIAM, Neil. **Security and Bilateral Issues between Iran and its Arab Neighbours**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2017. p. 189-209.
- AL-BAHARNA, Husain. The Fact-Finding Mission of the United Nations Secretary-General and the Settlement of the Bahrain-Iran Dispute, May 1970. **International and Comparative Law Quarterly**, [s.l.], v. 22, n. 1, p.541-552, jul. 1973.
- AL-GHANIM, Kaltham. **Kafala System Remains Resilient in the GCC**. 2015. Disponível em: <https://www.oxgaps.org/files/analysis_al-ghanim.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.
- AL-KUWARI, Maryam. **Tribal Revival in the Gulf: A Trojan or a Threat to National Identities?**. Middle East Centre Blog, LSE, 2018. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/mec/2018/08/31/tribal-revival-in-the-gulf-a-trojan-horse-or-a-threat-to-national-identities/>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- AL-MDAIRES, Falah. Shi'ism and Political Protest in Bahrain. **Digest of Middle East Studies**, [s.i.], v. 11, n. 1, p.20-44, maio 2002.
- AL-RASHEED, Madawi. The Shia of Saudi Arabia: A Minority in Search of Cultural Authenticity. **British Journal Of Middle Eastern Studies**, [s.l.], v. 25, n. 1, p.121-138, maio 1998.
- AL-RASHEED, Madawi. **Contesting the Saudi State: Islamic Voices from a New Generation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- AL-RASHEED, Madawi. **A History of Saudi Arabia**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- AL-RASHEED, Madawi. Sectarianism as Counter-Revolution: Saudi Responses to the Arab Spring. **Studies In Ethnicity And Nationalism**, [s.l.], v. 11, n. 3, p.513-526, dez. 2011.
- AL-RASHEED, Madawi. **Muted Modernists: The Struggle Over Divine Politics in Saudi Arabia**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- AL-RASHEED, Madawi. **What Fuels the Saudi Rivalry With Iran?** New York Times, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/04/23/opinion/international-world/saudi-iran-prince-mohammed.html>>. Acesso em: 22 maio 2019.
- AL-RASHEED, Madawi; AL-RASHEED, Loulouwa. The Politics of Encapsulation: Saudi Policy towards Tribal and Religious Opposition. **Middle Eastern Studies**, v. 32, n. 1, p.96-119, jan. 1996.

ALHASAN, Hasan Tariq. The Role of Iran in the Failed Coup of 1981: The IFLB in Bahrain. **The Middle East Journal**, [s.l.], v. 65, n. 4, p.603-617, 15 out. 2011.

ALVANDI, Roham. Muhammad Reza Pahlavi and the Bahrain Question, 1968–1970. **British Journal Of Middle Eastern Studies**, [s.l.], v. 37, n. 2, p.159-177, ago. 2010.

AMAR, Paul. Introduction. In: AMAR, Paul. **The Middle East and Brazil: Perspectives on the New Global South**. Bloomington: Indiana University Press, 2014. p. 1-14.

ANDERSON, Lisa. The State in the Middle East and North Africa. **Comparative Politics**, Nova Iorque, v. 20, n. 1, p.1-18, out. 1987.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Postcolonial Studies: The Key Concepts**. 3. ed. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2013.

AYOOB, Mohammed. Defining Security: A Subaltern Realist Perspective. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C.. **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Londres: Ucl Press, 1997. p. 121-146.

BAHRAIN, Kingdom of. **Amiri Decree No. 15 of 1976: Bahrain Penal Code**. Manama: Gulf Translations W.L.L., 1976.

BAHRAIN, Kingdom of. **Constitution of the Kingdom of Bahrain**. 2002. Disponível em: <<https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/bh/bh020en.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2019.

BAKIRCIOGLU, Onder. A SOCIO-LEGAL ANALYSIS OF THE CONCEPT OF JIHAD. **International And Comparative Law Quarterly**, [s.l.], v. 59, n. 2, p.413-440, abr. 2010.

BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The postcolonial moment in security studies. **Review Of International Studies**, [s.l.], v. 32, n. 02, p.329-352, abr. 2006.

BARNETT, Michael N.. Identity and Alliances in the Middle East. In: KATZENSTEIN, Peter J.. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996. p. 400-447.

BASSIOUNI, Mahmoud Cherif (Chair). **Report of the Bahrain Independent Commission of Inquiry**. Manama: Bahrain Independent Commission of Inquiry, 2011.

BEEMAN, William O.. Gulf Society: An Anthropological View of the Khalijis — Their Evolution and Way of Life. In: POTTER, Lawrence G.. **The Persian Gulf in history**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. p. 147-159.

BITTER Rivals: Iran and Saudi Arabia (Part One). Direção: David Fanning, Linda Hirsch, Martin Smith. [S.l.]: Frontline PBS, 2018. Disponível em: <https://www.pbs.org/video/bitter-rivals-iran-and-saudi-arabia-pqsnhk/>. Acesso em: 08 maio 2019.

BREWER, Marilyn B.. The Social Self: On Being the Same and Different at the Same Time. **Personality And Social Psychology Bulletin**, [s.l.], v. 17, n. 5, p.475-482, out. 1991.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1992.

CERIOLO, Luíza Gimenez. Roles and International Behaviour: Saudi–Iranian Rivalry in Bahrain’s and Yemen’s Arab Spring. **Contexto Internacional**, [s.l.], v. 40, n. 2, p.295-316, ago. 2018.

COLE, Juan. **Sacred Space and Holy War**: The Politics, Culture and History of Shi`ite Islam. Londres e Nova Iorque: I.b. Tauris, 2002.

COMMINS, David. **The Wahhabi Mission and Saudi Arabia**. Londres e Nova Iorque: I.B. Tauris, 2006.

COMMINS, David. **The Gulf States**: A Modern History. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.

CUNHA, João Teles e. The Portuguese Presence in the Persian Gulf. In: POTTER, Lawrence G.. **The Persian Gulf in History**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. p. 207-234.

DARWICH, May. The Ontological (In)security of Similarity: Wahhabism versus Islamism in Saudi Foreign Policy. **Giga Working Papers**, Hamburgo, v. 263, p.1-26, dez. 2014.

DARWICH, May. Ideational and Material Forces in Threat Perception: The Divergent Cases of Syria and Saudi Arabia During the Iran–Iraq War (1980–1988). **Journal of Global Security Studies**, Oxford, v. 2, n. 1, p.142-156, dez. 2016.

DAVID, Steven R.. Explaining Third World Alignment. **World Politics**, Cambridge, v. 43, n. 2, p.233-256, jan. 1991.

DAYARATNE, Ranjith. Landscapes of nation: Constructing national identity in the deserts of Bahrain. **National Identities**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.309-327, set. 2012.

ENGLAND, Andrew; OMRAN, Ahmed Al. **Nationalism on the rise as Saudi Arabia seeks sense of identity**. Financial Times, 2019. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/31845386-6cb9-11e9-80c7-60ee53e6681d>>. Acesso em: 15 maio 2019.

EPSTEIN, Charlotte. **The Power of Words in International Relations**: Birth of an Anti-Whaling Discourse. Cambridge (MA) e London: Mit Press, 2008.

ESCWA; IOM. **2017 Situation Report on International Migration**: Migration in the Arab Region and the 2030 Agenda for Sustainable Development. Beirute: United Nations Economic and Social Commission for Western Asia, 2018.

FUCCARO, Nelida. Mapping the transnational community: Persians and the space of the city in Bahrain, c.1869–1937. In: AL-RASHEED, Madawi. **Transnational Connections and the Arab Gulf**. Oxon e Nova Iorque: Routledge, 2005. p. 39-58.

FUCCARO, Nelida. **Histories of City and State in the Persian Gulf: Manama since 1800.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FÜRTIG, Henner. Iran and the Arab Spring: Between Expectations and Disillusion. **Giga Working Papers**, Hamburgo, v. 241, p.1-21, nov. 2013

GAUSE, F.. BALANCING WHAT? THREAT PERCEPTION AND ALLIANCE CHOICE IN THE GULF. **Security Studies**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.273-305, 30 dez. 2003.

GENGLER, Justin J.. **Ethnic Conflict and Political Mobilization in Bahrain and the Arab Gulf.** 2011. 366 f. Tese (Doutorado) - Curso de Political Science, University of Michigan, Michigan, 2011.

GENGLER, Justin J.. Royal Factionalism, the Khawalid, and the Securitization of 'the Shī'a Problem' in Bahrain. **Journal of Arabian Studies**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.53-79, jun. 2013.

GEORGE, Jim. **Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations.** Nova Iorque: Lynne Rienner Publishers, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOLDBERG, Jeffrey. **Saudi Crown Prince: Iran's Supreme Leader 'Makes Hitler Look Good'.** The Atlantic, 2018. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/04/mohammed-bin-salman-iran-israel/557036/>>. Acesso em: 13 maio 2019.

HAJI-YOUSEFI, Amir M.. Whose Agenda Is Served by the Idea of a Shia Crescent? **Alternatives: Turkish Journal of International Relations**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.114-135, abr. 2009.

HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura. **Colonial discourse and post-colonial theory: a reader.** Londres: Harvester Wheatsheaf, 1994. p. 222-237.

HALL, Stuart. Introduction: Who Needs "Identity"?. In: HALL, Stuart; DUGAY, Paul. **Questions of Cultural Identity.** Londres: Sage Publications, 1996. p. 1-17.

HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse analysis and the Bosnian war.** Londres e Nova Iorque: Routledge, 2006.

HERTOG, Steffen. **The Political Decline and Social Rise of Tribal Identity in the GCC.** Middle East Centre Blog, LSE, 2018. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/mec/2018/07/25/the-political-decline-and-social-rise-of-tribal-identity-in-the-gcc/>>. Acesso em: 13 maio 2019.

HINNEBUSCH, Raymond. Identity in International Relations: Constructivism versus Materialism, and the Case of the Middle East. **The Review Of International Affairs**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.358-362, dez. 2003.

HOLE, Clive D.. Language and Identity in the Arabian Gulf. **Journal of Arabian Studies**, [s.l.], v. 1, n. 2, p.129-145, dez. 2011.

HOUSE of Saud. Direção: Jihan El-Tahri. [S.l.]: Frontline PBS, 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zB9n7DMNjZE&t=764s>. Acesso em: 08 maio 2019.

HUYSMANS, Jef. Security! What Do You Mean? From Concept to Thick Signifier. **European Journal Of International Relations**, Londres, v. 4, n. 2, p.226-255, 1998.

ISMAIL, Salwa. Being Muslim: Islam, Islamism and Identity Politics. **Government And Opposition**, [s.l.], v. 39, n. 4, p.614-631, set. 2004.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. 2. ed. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2017.

JOYCE, Miriam. **Bahrain from the Twentieth Century to the Arab Spring**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.

KATZENSTEIN, Peter J.. Introduction: Alternative Perspectives on National Security. In: KATZENSTEIN, Peter J.. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996. p. 1-32.

KELLY, J. B.. The Persian Claim to Bahrain. **International Affairs**, [s.l.], v. 33, n. 1, p.51-70, jan. 1957.

KEYNOUSH, Banafsheh. **Saudi Arabia and Iran: Friends or Foes?**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016.

KHAMENEI, Ayatollah Ali. **Leader's Friday Prayer Address**. 2012. Disponível em: <<http://english.khamenei.ir/news/1583/Leader-s-Friday-Prayer-Address>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KHOMEINI, Ruhollah. **Excerpts from Khomeini speeches**. New York Times, 1987. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1987/08/04/world/excerpts-from-khomeini-speeches.html?pagewanted=all&src=pm>>. Acesso em: 18 maio 2019.

KHOMEINI, Iman. **Islam and Revolution**. Oxon e Nova Iorque: Routledge, 2010.

KINNINMONT, Jane. Bahrain. In: DAVIDSON, Christopher M.. **Power and Politics in the Persian Gulf Monarchies**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011. p. 31-62.

KINNVALL, Catarina. Globalization and Religious Nationalism: Self, Identity, and the Search for Ontological Security. **Political Psychology**, [s.l.], v. 25, n. 5, p.741-767, out. 2004.

KRANE, Jim. **Energy Kingdoms: Oil and Political Survival in the Persian Gulf**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2019.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C.. Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods. **Mershon International Studies Review**, S, v. 40, n. 2, p.229-254, out. 1996.

LAFFEY, Mark. Locating identity: performativity, foreign policy and state action. **Review Of International Studies**, v. 26, n. 3, p.429-444, jul. 2000.

LAING, Ronald David. **O eu dividido**: estudo existencial da sanidade e da loucura. Petrópolis: Vozes, 1982.

LAUB, Zachary; MERROW, William. **The Strait of Hormuz**: A U.S.-Iran Maritime Flash Point. 2019. Disponível em: <<https://www.cfr.org/article/strait-hormuz-us-iran-maritime-flash-point>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

League of Nations (LON). **Bahrein Islands**: Note by the Secretary-General. Geneva: League of Nations, 1930.

LEBOW, Richard Ned. **National Identities and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

LOUËR, Laurence. **Transnational Shia Politics**: Religious and Political Networks in the Gulf. Nova Iorque e Paris: Columbia University Press e Centre D'études et de Recherches Internationales, 2008.

MABON, Simon. The Battle for Bahrain: Iranian-Saudi Rivalry. **Middle East Policy**, [s.l.], v. 19, n. 2, p.84-97, ago. 2012.

MABON, Simon. The End of the Battle for Bahrain and the Securitization of Bahraini Shi'a. **The Middle East Journal**, [s.l.], v. 73, n. 1, p.29-50, 28 mar. 2019.

MARHOON, Bashar. **A Divided Sea**: A Study of Bahrain's Identity Conflict and Identity Formation. 2018. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de International Relations, Department of International Environment and Development Studies, Norwegian University of Life Sciences, Ås, 2018.

MATTHIESEN, Toby. **Sectarian Gulf**: Bahrain, Saudi Arabia, and the Arab Spring that wasn't. Stanford: Stanford University Press, 2013.

MITZEN, Jennifer. Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma. **European Journal Of International Relations**, [s.l.], v. 12, n. 3, p.341-370, set. 2006.

MOGHTADER, Hooshang. The Settlement of the Bahrain Question: a Study in Anglo-Iranian-United Nations Diplomacy. **Pakistan Horizon**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.16-29, abr. 1973.

NEUMANN, Iver B.. Self and Other in International Relations. **European Journal Of International Relations**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.139-174, jun. 1996.

NEVO, Joseph. Religion and National Identity in Saudi Arabia. **Middle Eastern Studies**, [s.l.], v. 34, n. 3, p.34-53, jul. 1998.

NIVA, Steve. Contested Sovereignties and Postcolonial Insecurities in the Middle East. In: WELDES, Jutta; LAFFEY, Mark; GUSTERSON, Hugh. **Cultures of Insecurity**: States, Communities, and the Production of Danger. Minneapolis e Londres: University Of Minnesota Press, 1999. p. 147-172.

Oxford University Press (OUP). **Pocket Oxford American Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

PETERSON, J.E.. **Historical Dictionary of Saudi Arabia**. 2. ed. Oxford: Scarecrow Press, 2003.

PETERSON, J.E.. **Tribe and State in the Contemporary Arabian Peninsula**. Middle East Centre Blog, LSE, 2018. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/mec/2018/07/12/tribe-and-state-in-the-contemporary-arabian-peninsula/>>. Acesso em: 10 maio 2019.

POTTS, D. T.. The Archaeology and Early History of the Persian Gulf. In: POTTER, Lawrence G.. **The Persian Gulf in History**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. p. 27-56.

PRADHAN, Prasanta Kumar. **Arab Spring and Sectarian Faultlines in West Asia: Bahrain, Yemen and Syria**. Nova Déli: Pentagon Press, 2017.

RAMAZANI, Rouhollah K.. Constitution of the Islamic Republic of Iran. **Middle East Journal**, [s.l.], v. 34, n. 2, p.181-204, abr. 1980.

RAMAZANI, R.K.. Ideology and Pragmatism in Iran's Foreign Policy. **Middle East Journal**, [s.l.], v. 58, n. 4, p.549-559, set. 2004.

RIEDEL, Bruce. **Saudi Grand Mufti calls ISIS “part of the Israeli army”**. 2015. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/markaz/2015/12/28/saudi-grand-mufti-calls-isis-part-of-the-israeli-army/>>. Acesso em: 07 maio 2019.

ROSSDALE, Chris. Enclosing Critique: The Limits of Ontological Security. **International Political Sociology**, [s.l.], v. 9, n. 4, p.369-386, 20 nov. 2015.

ROUSSEAU, David L.; GARCIA-RETAMERO, Rocio. Identity, Power, and Threat Perception. **Journal Of Conflict Resolution**, [s.l.], v. 51, n. 5, p.744-771, out. 2007.

ROUSSEAU, David; VEEN, A. Maurits van Der. The Emergence of a Shared Identity. **Journal Of Conflict Resolution**, [s.l.], v. 49, n. 5, p.686-712, out. 2005.

RUBIN, Lawrence. **Islam in the balance: ideational threats in Arab politics**. Stanford: Stanford University Press, 2014.

RUMELILI, Bahar. **Constructing Regional Community and Order in Europe and Southeast Asia**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.

RUMMEL, R. J.. Democracies ARE Less Warlike Than Other Regimes. **European Journal Of International Relations**, [s. L.], v. 1, n. 4, p.457-479, out. 1995.

SARTRE, Jean-Paul. **The Family Idiot: Gustave Flaubert 1821-1857**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

SHAPIRO, Michael J.. **The Politics of Representation**. Madison: The University Of Wisconsin Press, 1988.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 11-44.

STEIN, Janice Gross. Threat Perception in International Relations. In: HUDDY, Leonie; SEARS, David O.; LEVY, Jack S.. **The Oxford Handbook of Political Psychology**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 364-394.

STROBL, Staci. The Roots of Sectarian Law and Order in the Gulf: Bahrain, the Eastern Province of Saudi Arabia, and the Two Historical Disruptions. In: WEHREY, Frederic. **Beyond Sunni and Shia: The Roots of Sectarianism in a Changing Middle East**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017. p. 205-235.

TIBI, Bassam. **Arab Nationalism: Between Islam and the Nation-State**. 3. ed. Londres e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1997.

ULRICHSEN, Kristian Coates. Saudi Arabia. In: DAVIDSON, Christopher M.. **Power and Politics in the Persian Gulf Monarchies**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011. p. 63-88.

United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (UK); AL-SAUD, Abdul-Aziz Ibn Abdul-Rahman. **Treaty between His Majesty and His Majesty the King of the Hejaz and of Nejd and its Dependencies**. Londres: His Majesty's Stationery Office, 1927.

United States Commission on International Religious Freedom (USCIRF). **Annual Report**. Washington: U.S. Commission on International Religious Freedom, 2019.

United Nations Group of Experts on Geographical Names (UNGEGN). **Historical, Geographical and Legal Validity of the Name: PERSIAN GULF**. Viena: United Nations, 2006.

United Nations Security Council (UNSC). **Resolution 278**. Nova Iorque: United Nations, 1970.

WALT, Stephen M.. **The Origins of Alliances**. Nova Iorque: Cornell University Press, 1987.

WALT, Stephen M.. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**, v. 35, n. 2, p.211-239, jun. 1991.

WALT, Stephen M.. The End of Hubris and the New Age of American Restraint. **Foreign Affairs**. 16 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-04-16/end-hubris>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

WALTZ, Kenneth N.. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-wesley Publishing Company, 1979.

WEHREY, Frederic M.. **Sectarian Politics in the Gulf: From the Iraq war to the Arab uprisings**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2014.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WRIGHT, Steven. Iran's Relations with Bahrain. In: BAHGAT, Gawdat; EHTESHAMI, Anoushiravan; QUILLIAM, Neil. **Security and Bilateral Issues between Iran and its Arab Neighbours**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 61-80.

WYNBRANDT, James. **A Brief History of Saudi Arabia**. 2. ed. Nova Iorque: Facts On File, 2010.